



Ministério da Saúde

FIOCRUZ  
Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE  
JOAQUIM VENÂNCIO

**RAIANE DO COUTO NEVES**

**A CONSTRUÇÃO DOS JUDEUS COMO INIMIGOS NA ALEMANHA NAZISTA**

RIO DE JANEIRO

2018

**RAIANE DO COUTO NEVES**

**A CONSTRUÇÃO DOS JUDEUS COMO INIMIGOS NA ALEMANHA NAZISTA**

Projeto de monografia apresentado à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV-Fiocruz) como requisito parcial para aprovação no Curso Técnico em Gerência em Saúde.

**Orientador(a):** José Roberto Franco Reis

RIO DE JANEIRO

2018

*Dedico este trabalho às vítimas da crueldade nazista, não somente os judeus, mas todos aqueles que foram condenados à tortura e morte por não se encaixarem no padrão ariano imposto pelo regime na época, como os homossexuais, ciganos, deficientes físicos e eslavos.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV-Fiocruz) pelo apoio institucional e também aos professores, que auxiliaram o estímulo do meu senso crítico e que me forneceram não somente os aprendizados necessários para a profissão que futuramente seguirei e para a minha trajetória acadêmica, mas também contribuíram para a minha formação pessoal.

Agradeço ao meu orientador José Roberto, com quem compartilhei ideias e construções. Pela parceria e pela paciência ao corrigir meus textos, me dar sugestões de mudanças e melhoras e pelo apoio. Sem ele e seu grande auxílio, a realização deste trabalho não seria possível.

Agradeço ao meu pai José Carlos, minha mãe Cristina e à minha irmã Juliana, pelo apoio e incentivo que me proporcionaram durante o processo. Agradeço por sempre estarem ao meu lado, acreditando no meu potencial e capacidade de correr atrás dos meus objetivos, e por serem a minha base. Foi graças à eles que me tornei a pessoa que sou atualmente.

Agradeço ao meu namorado Lucas França, com quem compartilhei o andamento do processo. Por ter me aconselhado e me dado forças para a continuação do trabalho, quando eu me encontrava cansada e desacreditada. Pelo amor e carinho que, gentilmente, me deu ao longo do desenvolvimento desta monografia.

*“Os que são incapazes de recordar o futuro, são condenados a repeti-lo.”*

**(George Santayana)**

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a construção social dos judeus como inimigos na Alemanha nazista, a partir dos aspectos ideológicos e das políticas efetivas de segregação. A proposta é investigar como o ódio direcionado aos judeus chegou ao ponto culminante de se tornar um dos maiores genocídios da história da humanidade, orquestrado pelo Estado nazista. As ideologias e visões do nazismo que culpabilizavam os judeus pelos males que assolavam a Alemanha, entre as décadas de 1920 e 1940, repercutiram na sociedade e no crescimento do antissemitismo. Tais teorias da conspiração foram baseadas na intolerância, raiva e medo, não em fatos, acarretando na criação de guetos e campos de concentração, até chegar ao extermínio sistemático e deliberado dos judeus.

**Palavras-chave:** Holocausto. Judeus. Nazismo. Campos de Concentração. Alemanha. Antissemitismo.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>CAPÍTULO 1: AS ORIGENS E A ASCENSÃO DO NAZISMO NA ALEMANHA.....</b>	<b>10</b>
1.1 ANTISSEMITISMO ALEMÃO ANTES DE HITLER .....	10
1.2 PÓS-GUERRA E A SITUAÇÃO DA ALEMANHA .....	13
1.3 TRAJETÓRIA POLÍTICA DE ADOLF HITLER E CHEGADA DO NAZISMO AO PODER.....	14
1.4 CARACTERÍSTICAS E IDEOLOGIAS DO NAZISMO.....	20
<b>CAPÍTULO 2: REGIME E NAZISTA NO PODER: A DISCRIMINAÇÃO E A SEGREGAÇÃO .....</b>	<b>24</b>
2.1 O ANTISSEMITISMO ALEMÃO APÓS HITLER ASSUMIR O PODER.....	24
2.2 A IMPORTÂNCIA DA PROPAGANDA PARA A DISSEMINAÇÃO DA IDEOLOGIA NAZISTA.....	28
2.3 ADESÃO DA SOCIEDADE DIANTE DA IDEOLOGIA NAZISTA .....	31
<b>CAPÍTULO 3: IMPACTOS DE UMA TRAGÉDIA .....</b>	<b>35</b>
3.1 OS GUETOS, CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO E CAMPOS DE EXTERMÍNIO .....	35
3.2 RELATOS DE JUDEUS.....	40
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>46</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>47</b>

## INTRODUÇÃO

Este projeto tem como objetivo analisar a construção social dos judeus como inimigos na Alemanha, no contexto da ideologia e do regime nazista, sob a liderança de Adolf Hitler (1889-1945), entre as décadas de 1920 e 1940. A proposta é investigar e analisar as etapas dessa construção, que resultou no extermínio em massa dos judeus.

As justificativas para o desenvolvimento deste trabalho estão relacionadas a argumentos de natureza pessoal, social e acadêmica. Revisitar esse período tenebroso da história mundial, através dessa e de outras pesquisas científicas, é de extrema importância, pois essa é uma forma de não deixar que esse tema histórico seja esquecido.

Neste triste período predominaram os piores traços da humanidade, como o ódio, a intolerância, o racismo e o preconceito, e tais características também se fazem presente ao nosso redor, na atualidade brasileira. Diferente daquela época – que vigorava o regime totalitário nazista – vivemos em uma democracia-liberal, mas ainda assim é possível estabelecer associações com perspectivas presentes naquele período, como em relação à desvalorização da vida de determinados grupos, é claro, com as devidas diferenças de cada contexto. Grupos.

Na Alemanha nazista, a vida do judeu era desvalorizada, pois não havia igualdade entre os indivíduos, pelo contrário, o princípio da superioridade racial de alguns (“arianos”) em relação a outros predominava e foi instituído pelo Estado totalitário nazista, que determinou a criação de guetos, campos de concentração e extermínios sistemáticos e deliberados em massa. Já no contexto brasileiro, alicerçado pelo sistema capitalista, há uma profunda divisão de classes sociais e desigualdade. Os moradores das favelas do Rio de Janeiro, pertencentes às classes populares, sofrem constantemente com a violência, mais agudamente no caso da população negra. É perceptível a desigualdade social e o racismo, que resultam na desvalorização dessas vidas durante os constantes confrontos armados que ocorrem entre policiais e traficantes. Desvalorização que ocorre mesmo havendo garantias iguais de direitos para todos os cidadãos, tais como: direito à vida, paz, igualdade perante a lei, entre tantos outros, que deveriam assegurar a democracia e o bem estar de toda a coletividade. Como moradora de uma favela, posso constatar tal fato, pois muitas vezes já presenciei situações em que policiais sobrevoavam a região em helicópteros, atirando para baixo com o objetivo de, a princípio, combater bandidos, mas em alguns casos ferindo cidadãos íntegros que aqui vivem ou por aqui transitam.

Para além dessa violência de Estado, vemos também discursos de ódio e atos violentos de algumas pessoas em relação aos homossexuais, aos pobres em geral, aos negros, entre tantas outras formas de discriminação. Embora, a princípio, possa parecer incoerente a comparação dessas intolerâncias e violências com o holocausto judeu, que chegou ao nível extremo do genocídio sistemático e planejado, há pontos de contato. É sempre bom lembrar que nenhuma política de ódio que sustenta formas de segregação emerge de modo pleno e transparente. Opera sempre com algum nível de opacidade e avança de modo gradativo e, por vezes, encoberto. Foi assim com a própria política de segregação nazista em relação aos judeus e outros grupos sociais, basta olharmos para o modo como certos ideais vinham se gestando na Alemanha nos anos que antecederam a chegada ao poder do nazismo.

Para nos aprofundarmos na investigação de como se deu a construção dos judeus como inimigos na Alemanha nazista é essencial conhecermos alguns conceitos e definições. O antissemitismo é definido como uma ideologia que culpabiliza os judeus pelas crises mundiais e sustenta a aversão à diversidade cultural, a exclusão dos judeus da sociedade e chegou ao ponto extremo de defender sua dizimação (BERTONHA, 2000). O antissemitismo é o elemento de coesão para o fascismo na Alemanha.

O nazismo, resumidamente, foi um movimento político de dimensões históricas mundiais, fundado e liderado por Adolf Hitler, com suas respectivas ideologias. Ele pode ser considerado como uma das expressões máximas da irracionalidade humana, pois adotou políticas de ditadura, tendo como características a repressão e violência aos indivíduos que não eram convenientes, como os judeus, deficientes físicos e ciganos. Tal movimento se baseou no nacionalismo, na violência, na xenofobia e no racismo (PINSKY; PINSK, 2004). O nazismo se estabeleceu na Alemanha em 1933, fundamentado pela forte ideologia do antissemitismo e também do expansionismo e militarismo. A partir disso, os judeus se tornaram os principais inimigos desse sistema. Devido às teorias biológicas racistas, que classificaram esse grupo como uma “raça deformada” e inferior aos “arianos”, eles foram alvos de medidas discriminatórias, violência e boicotes.

O trabalho possui como objetivo principal analisar a ascensão do antissemitismo na Alemanha e as formas de exclusão as quais os judeus foram submetidos no processo que resultou no Holocausto. A partir do recorte selecionado, elaboramos objetivos específicos a fim de tratar amplamente o tema em questão, tais como: identificar como os judeus foram construídos como inimigos no âmbito da ideologia e do projeto de poder nazista, apresentar ações e métodos violentos e mortais utilizados contra os judeus no processo do Holocausto e identificar a adesão da população à ideologia nazista.

Para o alcance dos fins desejados, será utilizada a abordagem qualitativa, tendo como estratégias de pesquisa a revisão crítica da literatura, por meio de livros, documentários e artigos identificados sobre o tema. Também foi realizada uma busca nas bases de dados BVS e Scielo, tendo como referência os seguintes descritores: nazismo, holocausto, judeus, campo de concentração e solução final. Além disso, foi feito um levantamento bibliográfico em outras bases, como o Google Acadêmico e catálogos online das bibliotecas da UFRJ e da UFF, com os mesmos descritores já mencionados.

O desenvolvimento deste trabalho, visando atender aos objetivos estabelecidos, se organizará da seguinte forma: o primeiro capítulo tratará sobre as origens e a ascensão do nazismo e do antissemitismo na Alemanha; o segundo tem como objetivo apresentar o Estado totalitário nazista, fundado e liderado por Adolf Hitler, sua ideologia e medidas antijudaicas. Além disso, será abordada a adesão da população alemã ao regime e alguma forma de resistência ocorrida durante o processo; o terceiro capítulo abordará as consequências do regime nazista para os judeus, através da descrição dos guetos e campos de concentração e o extermínio como “solução final”, além de serem apresentados relatos dos próprios judeus que sobreviveram a essa política de extermínio.

## CAPÍTULO 1: AS ORIGENS E A ASCENSÃO DO NAZISMO NA ALEMANHA

### 1.1 – ANTISSEMITISMO ALEMÃO ANTES DE HITLER

O antissemitismo, definido por Bertonha (2000, p.33) como “ideologia que atribui aos judeus uma importância central na explicação de todos os problemas do mundo e advoga sua exclusão da sociedade ou mesmo sua eliminação física”, não foi inventado pelo regime nazista e nem por seu líder Adolf Hitler. Ele tem origens e raízes profundas e esteve presente em diversos contextos históricos. Atos e ideologias antissemitas estiveram presentes na Europa desde a Idade Média. Antes da década de 1870 a nomenclatura “antissemitismo” era desconhecida, mas não seu conteúdo (BERTONHA, 2000).

De acordo com Capelato e D’Alessio, Hannah Arendt (1906-1975), uma renomada filósofa alemã de origem judaica, identifica dois tipos de antissemitismo, sendo eles:

O tradicional, antigo, de caráter religioso, é fruto do antagonismo entre cristianismo e judaísmo, em que os judeus eram vistos como filhos de Caim e como carrascos de Cristo, envolvidos com satanismo e bruxaria. Tais concepções justificaram, por exemplo, a perseguição aos judeus na península Ibérica e sua expulsão. A atuação do tribunal da Inquisição, entre os séculos XVI e XVII, foi decisiva nesse contexto. [...] o anti-semitismo moderno, surgido como reação à emancipação dos judeus e conquista de igualdade civil após as revoluções de 1848, quando o exemplo francês se estendeu para outros territórios europeus. Os judeus até então viviam em guetos, ou seja, bairros onde eram forçados a morar para não se misturar com o restante da sociedade. Depois dessa época, conquistaram a liberdade de habitar em qualquer parte das cidades, mas tal liberdade e a conquista de outros direitos provocaram nova onda de anti-semitismo (Apud CAPELATO e D’ALESSIO, 2004, p.81).

As leis canônicas<sup>1</sup> foram o conjunto de regulamentos elaborados com o intuito de reger e organizar a comunidade Católica, os líderes da Igreja e seus membros. As leis foram promulgadas no século IV, e consistiram em imposições que segregavam os judeus. Embora, a princípio, a Igreja não expressasse oficialmente um posicionamento antijudaico, os clérigos e as exortações locais demonstravam sentimentos reprimidos de ódio e aversão aos judeus. Tal cenário se modificou em novembro de 1095, em Clermont, a partir do apelo feito pelo papa Urbano II, incentivando os cristãos a se posicionarem contra os “infiéis” muçulmanos, que possuíam o domínio da Terra Santa. O discurso realizado pelo papa alegava que:

---

<sup>1</sup>Veja a comparação entre as leis canônicas e nazistas no capítulo 2.

Os que estão habituados a combater maldosamente, em guerra privada, contra os fiéis, lutem contra os infiéis, elevem a um fim vitorioso a guerra que devia ter começado a tempo. Os que até agora viviam em brigas se convertam em soldados de Cristo. Os que até agora eram mercenários por negócios sórdidos, ganhem no presente as recompensas eternas. [...] De um lado estarão os miseráveis, do outro, as verdadeiras riquezas; aqui os inimigos de Deus, lá, os seus amigos (PEDRERO-SANCHEZ apud PINSK e PINSK, 2004, p.83).

Conseqüentemente se iniciou a Primeira Cruzada, em que centenas de milhares de cristãos – incluindo clérigos, nobres, camponeses, pobres e cidadãos comuns – partiram em expedições conduzidas à Terra Santa, com o objetivo de reconquistá-la. Os sentimentos de ira e fúria prevaleceram nesse processo, principalmente contra os judeus, caracterizados como “inimigos da fé”, assim como os muçulmanos, porém mais acessíveis e indefesos. Pedro, o Eremita<sup>2</sup>, introduziu o pronunciamento contra os judeus, incitando o seu massacre. A partir disso, as finalidades que satisfariam os cristãos seriam a conversão dos judeus ao cristianismo ou simplesmente executá-los (STILVEMAN, 2001).

Numerosos judeus foram atacados e aniquilados pelas tropas cristãs. O massacre foi devastador em diversos territórios, tais como: Renânia franco-alemã, norte da França e Inglaterra. A disseminação de tais atitudes ocorreu de forma vertiginosa, estabelecendo-se na Alemanha, na Áustria e, posteriormente, por toda a Europa (BERTONHA, 2000).

A disseminação dos sentimentos de nacionalismo germânico, repulsa e ódio aos judeus sucedeu aos numerosos estudos sobre o conceito de povo, realizados desde as primeiras décadas de XIX. De acordo com os dados levantados por Klemens Felden em seu estudo realizado com 51 escritores alemães antissemitas, foi constatado que, entre o período de 1861-1895, 19 deles consentiam com o extermínio físico dos judeus. De acordo com Carneiro, “isto prova que, desde a segunda metade do século XIX, persistia na Alemanha uma mentalidade eliminacionista com tendências para o extermínio” (CARNEIRO, 2000).

No entanto, no século XIX, precisamente no ano 1871, houve a conquista da emancipação social e civil judaica na Alemanha. Conseqüentemente, reações identificadas como antissemitas eclodiram. Os sentimentos de ódio e inveja se tornaram comuns e foram expostos na publicação de mais de 500 escritos e livros, que posteriormente foram abordados

---

<sup>2</sup> Pedro, o Eremita, nasceu em Amiens (França) e foi um pregador que tentou sistematizar uma cruzada específica no âmbito da Primeira Cruzada, em 1096. O desastre da sua cruzada particular não o impediu de incitar a aversão aos judeus (STILVEMAN, 2001)

pelos nazistas, no século XX. Wilhelm Marr foi um dos principais autores que adotou a ideia. Em 1879 publicou um caderno composto por doze edições, no qual argumentou a respeito do completo domínio da Alemanha pelos judeus. Além disso, foram expressos o nacionalismo e a segregação, que, como é abordado por Carneiro (2000, p.19), “propunha medidas sociais e leis para impedir o controle da vida nacional pelos judeus”. O agitador alemão Marr é reconhecido por cunhar o termo *antisemitismo*, para a denominação das ideologias e atos antijudaicos que se disseminavam pela Europa. O termo é relativamente recente, entretanto, de acordo com Stivelman (2001, p. 17), “ideias, movimentos, políticas e ações antijudaicos são tão antigos quanto a história do povo judeu e sua determinação de preservar sua identidade, resistindo, como entidade histórica, à dominação, à aculturação e à conversão” (STIVELMAN, 2001; CARNEIRO, 2000).

Em 1881 a violência aos judeus passou a ser evidenciada através de molestamento público, boicote nos negócios e, inclusive, ateamento de fogo nas sinagogas. As ideologias antisemitas eram defendidas por intelectuais renomados, dentre eles Wilhelm Marr e Theitschke, que culpabilizavam os judeus pelos males presentes na Alemanha. Tal tendência culpabilizadora foi enfatizada posteriormente, no período de guerras. O antisemitismo eclodia, tanto que passou a ter maior representação na política, através da eleição do militante antisemita Boeckel para o *Reichstag*<sup>3</sup> feita pelo Partido Anti-Semita do Povo (*Antisemitische Volkspartei*). A partir disso, o número de representantes antisemitas no Parlamento cresceu para 4 em 1890 e, em 1893, ocupavam 16 lugares (CARNEIRO, 2000).

De acordo com Carneiro (2000, p. 19), “novas teorias acerca da inferioridade racial ganharam popularidade incentivadas por um forte sentimento nacionalista contrário à assimilação judaica”. Além disso, os judeus começaram a ser apontados como integrantes do movimento revolucionário radical e definidos como representantes de uma raça inferiorizada. Surgiram também afirmações disseminadas equivocadamente como fatos científicos, mas que partiam apenas de premissas sem embasamentos rigorosos de pesquisa. Tais teorias foram inferidas através dos estudos de Theodor Fritsch, Houston Chamberlain, Max Stiner, Otto Glagan e Arthur de Gobineau, e alegavam o fato dos judeus “*não terem superado a fase primitiva da evolução humana*” e até evidências da “*superioridade racial teutônica*<sup>4</sup> sobre a evidente inferioridade judaica”.

---

<sup>3</sup>Parlamento da Confederação da Alemanha.

<sup>4</sup> Termo referente à Alemanha e os germânicos. O teutonismo deve ser compreendido como um sistema político que possui como objetivo a homogeneidade absoluta das raças germânicas. No século XIX se fortaleceu na Alemanha graças a grupos de intelectuais que, através de suas obras, enalteciam aqueles que se diziam descendentes dos teutões ou germanos (CARNEIRO, 2000).

## 1.2 – PÓS-GUERRA E A SITUAÇÃO DA ALEMANHA

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) envolveu diversos países, que se vincularam em duas grandes alianças diplomáticas: A Tríplice Aliança, formada inicialmente pela Alemanha, Império Austro-Húngaro e Itália<sup>5</sup>, e a Tríplice Entente, constituída pela Inglaterra, Rússia e França e, ao longo do conflito, Itália, Bélgica, Sérvia, Montenegro, Estados Unidos e Japão se aliaram ao bloco (CAPELATO; D’ALESSIO, 2004, p.18). Em relação a estes confrontos, é possível afirmar que

“[...]os países industrializados envolveram-se em violenta disputa de natureza capitalista, convertendo os interesses econômicos em interesses nacionais, que resultaram na Primeira Guerra Mundial. Estudiosos do tema definem essa guerra como imperialista, ou seja, um choque entre Estados-nação em disputa por áreas de interesse e domínio econômico (CAPELATO; D’ALESSIO, 2004, p.16).”

A Grande Guerra teve seu desfecho, mas deixou seus indícios através do saldo de 10 milhões de mortos e da grande destruição material que causou, em casas, escolas, igrejas, monumentos. A Tríplice Entente saiu vitoriosa e foi concedida com o direito de definir as imposições a serem assinadas pela Tríplice Aliança. A reunião que definiu os termos para o fim da Primeira Guerra Mundial envolvendo a Alemanha, através do Tratado de Versalhes<sup>6</sup>, foi intitulada como Conferência de Paz e ocorreu em junho de 1919, na França<sup>7</sup>. A Alemanha, considerada a principal responsável pelo conflito mundial, foi obrigada a aceitar e cumprir as sanções impostas pelo Tratado. E o que mais enfureceu os alemães, segundo Ruth Henig *em As origens da Segunda Guerra Mundial*, foram as considerações feitas no artigo 231, que determinaram o seguinte:

“Os Governos Aliados e Associados declaram e a Alemanha reconhece sua própria responsabilidade e a de seus aliados por terem causado todas as perdas e danos

---

<sup>5</sup> Em 1914 ocorre a adesão do Império Otomano, que entra na Grande Guerra ao lado da Tríplice Aliança. Além disso, a Itália se desvincula do bloco e se alia aos adversários da Tríplice Entente (CAPELATO; D’ALESSIO, 2004, p.18).

<sup>6</sup> De acordo com Capelato e D’Alessio (2004, p.20), “não houve um tratado, mas um *Diktat* (ditado). A definição dos termos foi feita sem a presença dos vencidos, convocados só para tomar conhecimento das condições impostas pelos governos aliados e assinar o documento sem nenhuma possibilidade de discussão”.

<sup>7</sup> A Conferência foi regida pelos vencedores, concatenados no Conselho dos Quatro (Estados Unidos, França, Inglaterra e Itália). E, através das suas imposições, foi possível perceber o rancor e as questões mal resolvidas (BECKER, 2011).

sofridos pelos Governos e Associados e os povos respectivos, em consequência de uma guerra imposta pela agressão da Alemanha e de seus aliados (Apud CAPELATO e D’ALESSIO, 2004, p.19).”

O Estado alemão sofreu grandes impactos com a derrota, como a perda de parte de seus territórios, áreas de exploração mineral, seus domínios coloniais, 132 bilhões de indenização aos países vitoriosos, proibição de funcionamento da aeronáutica alemã (*Luftwaffe*), desarmamento e redução de seu exército a cem mil homens. Com isso, o país se enterrou em uma forte crise moral, política e econômica.

Com os conflitos internos que sucederam a derrota da Alemanha, o imperador Guilherme II<sup>8</sup> abdicou do poder, em novembro de 1918. E a Alemanha imperial, que teve seu início em 1870, atingiu seu fim. Entre 1918 e 1933, se estabeleceu a República na Alemanha. Dadas as péssimas condições em que a Alemanha se encontrava, com a miséria, o desemprego e a desolação, houve a coligação de socialistas, centristas e democratas, que almejavam tomar o poder a qualquer custo. Os líderes desses partidos elaboraram, em 1919, a Constituição de Weimar, que se fundamentava no progressismo e na democracia. Em contraposição, se encontrava a extrema direita nacionalista, de caráter agudamente totalitário. As corporações nacionalistas se aproveitaram do fato dos dirigentes da República de Weimar terem assinado o Tratado de Versalhes, colocando as grandes massas contra os “delatores” (CAPELATO e D’ALESSIO, 2004, p.20).

A partir disso, nos primeiros anos da República de Weimar, houve disputas e confrontos políticos entre a esquerda e a direita, a fim de alcançar o poder. Com o agravamento da crise, proveniente da enorme inflação de 1923 e, posteriormente, da queda da Bolsa de Nova Iorque em 1929, a extrema direita foi ganhando espaço, sendo representada em diversos partidos políticos.

### 1.3 TRAJETÓRIA POLÍTICA DE ADOLF HITLER E CHEGADA DO NAZISMO AO PODER

Adolf Hitler – o principal responsável pelo Holocausto – nasceu em 1889, na cidade de Braunau am Inn (Áustria), que se localiza próxima à fronteira com a Alemanha. Ele foi o quarto filho de Alois e Clara Hitler. Seu pai, oficial responsável pela administração

---

<sup>8</sup> Guilherme II, também conhecido como Kaiser Wilhelm II, foi o último imperador da Alemanha e rei da Prússia. Seu governo marcou um importante período de transição na administração alemã.

alfandegária, garantia à família uma boa condição financeira e uma boa colocação na pirâmide social (CARNEIRO, 2000).

Hitler teve uma trajetória comum antes de sua chegada ao poder. Seus estudos secundários foram feitos em Linz, cidade próxima à Braunau, pois, a princípio, seguiria a carreira de seu pai. Mas ele possuía outros interesses, desejava ser pintor. Por este motivo, em 1907, Hitler fez sua primeira tentativa para seguir seu sonho e se ingressar na Academia de Belas-Artes de Viena, mas foi reprovado (LENHARO, 1990). Mesmo com a reprovação, Hitler trabalhou como pintor durante um bom tempo<sup>9</sup>. De acordo com suas expressões no *Mein Kampf*, suas leituras fizeram com que adquirisse ódio aos comunistas, judeus<sup>10</sup> e socialdemocratas, ideias e forças políticas que também circulavam pela capital do Império Austro-Húngaro. Em 1913 foi para Munique (Alemanha), com o objetivo de escapar da obrigação de servir ao Exército austro-húngaro, que julgava ser “mestiço”. Com o início da Grande Guerra, alistou-se no Exército alemão e, por ter sido ferido, foi condecorado com a cruz de ferro por sua bravura (BERTONHA, 2000, p.34).

De acordo com Bertonha, em 1919

“Hitler era apenas um João-ninguém, um fanático como tantos outros, militando num dos inúmeros partidos que brotavam por todo o lado na Alemanha nesses anos. Nada indicava seu futuro poder e a importância que teria para o mundo. Logo, porém, reverteria essa situação (BERTONHA, 2000, p.34).”

Ao desempenhar funções no cargo de militar, Hitler se destacou e ganhou dos oficiais um cargo no Bureau de Imprensa e Publicidade do Departamento Político do Comando Distrital do Exército. Após estudar em diversos cursos de política, ganhou sua promoção a oficial educador, onde confirmou suas qualidades como orador e no combate às ideologias socialistas, pacifistas e democráticas (CAPELATO e D’ALESSIO, 2004, p.24).

Movido pelos interesses políticos, Hitler deixou o Exército e adentrou o Partido Nacional-Socialista. Com pouco tempo, conquistou seu lugar, nos cargos de tribuno e, posteriormente, propagandista, até assumir a liderança do partido, estabelecendo alterações significativas em sua organização. Hitler anunciou, num comício para duas mil pessoas, seu programa político, suas ideologias e seus objetivos, tais como: o fortalecimento do Estado,

---

<sup>9</sup> As tendências artísticas foram essenciais para a formação política de Adolf Hitler (BERTONHA, 2000)

<sup>10</sup> O antissemitismo era vigente na época e constava nos projetos de dois partidos: nacionalista e socialista cristão (LENHARO, 1990).

engrandecimento da Alemanha, a acentuação do antissemitismo e nacionalização dos trustes<sup>11</sup> (CAPELATO e D’ALESSIO, 2004, p.24).

O partido teve um crescimento significativo com a liderança de Hitler e, em 1920, ele alterou sua nomenclatura para Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP), com o objetivo de conseguir o apoio dos operários e ter maior chance na disputa contra os grupos socialistas e comunistas. Em 1921 foram criadas as SA (Tropas de Assalto), compostas por milícias paramilitares, cujas funções consistiam em proteger os comícios realizados pelo partido e oprimir, através da força, os oponentes de esquerda. A organização foi crescendo com o passar dos anos, em 1921 possuía 3300 membros e em 1922 já constavam 20 mil membros (CAPELATO e D’ALESSIO, 2004, p.24).

Com o apoio financeiro de ocupantes de altos cargos militares e de simpatizantes, o partido adquiriu a posse de um jornal. Além disso, recebeu filiação de ex-combatentes da guerra e autoridades militares, que auxiliaram no desenvolvimento dos primeiros grupos de choque. Em 1918, os soldados desmoralizados formaram os corpos de voluntários, dando origem às sociedades secretas. Segundo as autoras Capelato e D’Alessio (2004, p.25), “associações patrióticas de ex-combatentes serviam de fachada para agrupamentos paramilitares. O centro de atuação eram as milícias anticomunistas da guarda civil e jovens voluntários ex-comunistas”. Eles recebiam salário, o que era um extremo incentivo, pois na época a taxa de desemprego estava em alta. Atuavam com terrorismo e buscavam por uma revanche, recheada de violência, a qual esteve presente do início ao fim do regime nazista (CAPELATO e D’ALESSIO, 2004, pp. 24-25).

O nacionalismo se disseminou pela Alemanha após a invasão e ocupação do vale do Ruhr pelo exército franco-belga, em janeiro de 1923. O governo e a sociedade adotaram movimentos de resistência, tais como: greves, sabotagens e guerrilhas na fronteira. Porém, foram respondidos com detenções pelos ocupantes. A partir desse contexto, Hitler, que desprezava a República de Weimar, elaborou um plano junto ao poderoso general alemão Erich von Ludendorff (1865-1937), a fim de dar um golpe de Estado em Munique. Foi o chamado *putsch de Munique* e, para alcançá-lo, pretendiam ganhar o apoio de figuras e autoridades importantes na sociedade, como o exército, monarquistas, autonomistas e nacionalistas. Porém, a polícia e o exército não apoiaram o movimento, mas sim o governo, resultando no fracasso do golpe, ocorrido em 9 de novembro de 1923 (CAPELATO e D’ALESSIO, 2004, p. 25).

---

<sup>11</sup> Truste é definido como uma fusão entre organizações que abandonam sua independência empresarial para se tornarem uma só empresa, objetivando aumentar o lucro.

Como consequência do golpe, no início de 1924, Hitler e Ludendorff foram julgados. Ludendorff foi absolvido e Hitler foi condenado a cinco anos de prisão, porém, com a palavra de que teria uma comutação de pena, ou seja, sua pena seria reduzida a uma mais leve. Ele cumpriu apenas 9 meses e, nesse período, redigiu a primeira parte do livro *Mein Kampf* (Minha luta), que posteriormente se tornaria a bíblia do nazismo, onde foram expressas suas ideologias antissemitas e racistas e seus planos políticos. Hitler obteve sua liberdade ainda em 1924 e sua reaparição pública acarretou no crescimento do movimento nazista (CAPELATO e D’ALESSIO, 2004, p. 25).

No fim da década de 1920, houve a fundação da Liga Pró-Cultura Alemã, sob o comando do político e escritor Alfred Rosenberg (1893-1946), que, posteriormente, se tornou um dos líderes do regime nazista. Após essa formação, também foram organizadas ligas de médicos, juristas, professores e a Ordem Feminina da Cruz Gamada Vermelha (CAPELATO e D’ALESSIO, 2004, p. 25).

A princípio, o partido nazista obteve rapidamente um numeroso e significativo apoio de desempregados e soldados afastados de seu ofício. Também pretendia-se receber o apoio dos operários, sendo assim, em 1927 foi organizada a política sindical, na qual era assegurada a proteção dos interesses dos trabalhadores e seu papel ativo na sociedade (CAPELATO e D’ALESSIO, 2004, p. 25).

A partir de investimentos norte-americanos, a Alemanha, entre 1924 e 1929, se estabilizou economicamente. Nesse período, o crescimento do partido foi moderado. Em 1929 houve a queda da bolsa de Nova Iorque, acarretando na enorme crise econômica mundial, em conflitos e violência. A inflação e o número de desempregos no país subiram e Hitler, junto ao seu partido, soube aproveitar a oportunidade para triunfar politicamente (CAPELATO e D’ALESSIO, 2004, pp. 25-26).

Devido às crises econômicas e de valores que assolaram a Alemanha ao longo da década de 1920, os alemães estavam mais tendenciosos a apoiarem ideias extremistas de direita. Tal fato, junto aos conhecimentos e estratégias aplicadas por Hitler, fez o partido e sua respectiva ideologia nazista se espalhar e ganhar importância dentro a população alemã.

Entre 1919 e 1925 a República de Weimar foi governada por Friedrich Ebert, do Partido Social-Democrata, escolhido pela Assembleia Constituinte. Ebert faleceu em 1925 e, com isso, Paul von Hindenburg (1847-1934), integrante do Partido Populista, elegeu-se e o substituiu no cargo, adotando uma política centrista, ou seja, um meio termo entre direita e esquerda, o centro do espectro ideológico (CAPELATO e D’ALESSIO, 2004, p. 26).

No início da década de 1930, no contexto da intensa crise social e econômica na Alemanha, aumentaram as investidas comunistas e nazistas, que passaram a estar mais ativas no governo. Em 1928, o Parlamento era composto por 153 cadeiras com representantes da socialdemocracia (PSD) e 12 lugares para o nacional-socialismo (PNS). Em 1930, o PNS cresceu consideravelmente e o PSD, a partir das investidas da direita e da esquerda, se tornou mais fraco. A participação de uma grande parcela da população que se encontrava desempregada foi essencial para o crescimento do Partido Nacional-Socialista, que passou a ocupar, em 1930, 132 cadeiras no Parlamento (CAPELATO e D’ALESSIO, 2004, p. 27).

Em 1932 ocorreram as eleições presidenciais e o marechal Hindenburg foi reeleito. Porém, Hitler, do Partido Nacional-Socialista, conquistou o segundo lugar com 36,8% dos votos. Os nazistas receberam os melhores resultados, passando a ocupar, a partir das eleições, 260 lugares no Parlamento. Houve também um crescimento dos comunistas nas eleições, que conquistaram aproximadamente 6 milhões de votos (CAPELATO e D’ALESSIO, 2004, p. 27).

Enquanto o Partido Nacional-Socialista crescia significativamente, a República de Weimar perdia o apoio de figuras importantes na sociedade alemã, tais como: militares, proprietários de terra, financistas e empresários, que foram rapidamente atraídos pelo projeto de governo nazista, por temerem o crescimento comunista. Hitler soube se beneficiar diante do receio de tais grupos e, através de seu discurso com a promessa de aniquilar o marxismo na Alemanha, realizado em 27 de janeiro de 1932, recebeu o apoio para sua candidatura ao cargo de chanceler do governo de Hindenburg, concedido a ele por empresários do Clube da Indústria (CAPELATO e D’ALESSIO, 2004, p. 27).

No dia 30 de janeiro de 1933, Hitler foi nomeado por Hindenburg como chanceler da Alemanha, devido ao apoio irrestrito que possuía dos influentes empresários. Suas primeiras medidas como chanceler foram contrárias aos comunistas e socialistas. Suas opiniões e sugestões, através de sua persuasão, eram ouvidas e atendidas pelo presidente. Sendo assim, foi aceita sua sugestão de solicitar novas eleições para março. Para alcançar esse objetivo, Hitler culpou os comunistas pelo incêndio ocorrido no *Reichstag*, edifício onde se localizava o Parlamento alemão. Mesmo assim, não alcançou o resultado esperado, porém, conseguiu 288 cadeiras de 647 (CAPELATO e D’ALESSIO, 2004, pp. 27-28).

No poder, de acordo com Silva,

Hitler procede imediatamente a uma série de mudanças radicais no ordenamento do país: suspende os direitos civis, declara estado de exceção em *defesa do povo e do*

*Estado*; através do apoio dos católicos consegue plenos poderes, já independente do presidente (...). Após a farsa do incêndio do Parlamento – o *Reichstag* –, Hitler põe fora da lei comunistas e sindicalistas, abrindo nas imediações de Berlim o primeiro campo de concentração, o Oranienburg (SILVA, 2009, p. 277).

Na primeira assembleia, organizada em 21 de março, o novo Parlamento pôs Hitler na posse de poderes ilimitados. Sendo assim, facilmente ele conseguiu fazer a total alteração da bandeira da República de Weimar, que passou a ser uma suástica do nacional-socialismo, como um símbolo de orgulho à nacionalidade alemã. Em teoria, mesmo com tais medidas, a Alemanha permanecia uma República. Porém, Hindenburg faleceu em agosto de 1934 e Hitler o substituiu no cargo, chegando ao ápice da autoridade e do poder na Alemanha. Ele realizou um decreto em um comício popular, a fim de assumir a denominação de *Führer und Reichskanzler*, ou seja, líder e chanceler do *Reich* (império) (CAPELATO e D’ALESSIO, 2004, p. 28).

A intitulação do regime nazista como 3º *Reich* surgiu nesse contexto. O termo passou a ser usado, pois Hitler buscava ser o sucessor autêntico tanto do 1º Reich (o Sacro Império Romano Germânico, constituído em 962 por Oto e finalizado em 1806, devido à ocupação napoleônica da localidade), quanto do 2º Reich (iniciado em 1871, como consequência da unificação alemã realizada sob a coordenação de Bismark, tendo seu fim em 1918, diante da queda de Guilherme II e da posterior proclamação da República de Weimar) (CAPELATO e D’ALESSIO, 2004, p. 28). O poder imperial esteve presente durante quase um milênio na Alemanha e Hitler, após tomar o poder, buscou dar seguimento a essa forma de governo, a fim de alcançar seu objetivo de conquistar e dominar a Alemanha e, posteriormente, o mundo.

A organização do novo poder contava com a Polícia Secreta do Estado (Gestapo), a Tropa de Assalto (SA), o Serviço de Segurança (SD) e a Tropa de Proteção (SS). A Gestapo foi criada em 1933, e se caracterizava como uma entidade repressiva do regime nazista, que objetivava perseguir os opositores internos do sistema, mantendo a ordem e a disciplina. Ela foi considerada o instrumento policial com maior importância na Alemanha nazista. A princípio, a Gestapo foi organizada por Hermann Goering na Prússia, e, posteriormente, com seu crescimento significativo, passou a ser controlada por Heinrich Himmler e seu assistente Reinhard Heydrich. Já a SS foi fundada em 1925, com a finalidade de defender os líderes nazistas. Ela também foi liderada por Heinrich Himmler, desde 1929, e tornou-se um aparato fundamental para o controle da segurança e da repressão racial nos campos de concentração na Alemanha e na Europa conquistada. Por fim, o Serviço de Segurança da SS (SD) foi criado

em 1932, sob o controle de Reinhard Heydrich e possuía como objetivo funcionar como o serviço de inteligência do sistema nazista (CAPELATO e D’ALESSIO, 2004, pp. 29-31).

#### 1.4 CARACTERÍSTICAS E IDEOLOGIAS DO NAZISMO

De acordo com Bertonha (2000, p.32), “assim como o fascismo, o nazismo também não era um movimento completamente novo, mas o resultado da fusão e da reelaboração de ideias e sentimentos há longo tempo presentes na sociedade alemã”. Esta sociedade se caracterizava pela sua autoridade, reacionarismo e militarismo e os nazistas utilizaram-se desses ideais para a construção de seu regime. No processo de apropriação e reconstrução de ideais que existiram em outros momentos, os nazistas deram ênfase ao discurso nacionalista extremado e às ideologias racistas, principalmente ao antissemitismo e à supremacia racial. Diferente do fascismo de Mussolini e das demais correntes fascistas, em que o racismo e o antissemitismo possuíam baixa relevância, no nazismo tais ideologias foram empregadas não somente como características, mas como o alicerce e a essência do regime. Observa-se a veracidade de tal afirmação ao estudar o tema e comprovar que é impossível compreendê-lo sem o estudo do antissemitismo. Além disso, os nazistas também se apropriaram fartamente de pensamentos conservadores de românticos alemães do século XIX e, de acordo com este autor,

“Esses intelectuais viam com desconfiança a sociedade industrial e se refugiavam num mundo mítico medieval, acreditando que só a arte poderia renovar a política e a sociedade modernas. Com esses elementos, compunham a mitologia do alemão como povo puro e eleito por Deus (BERTONHA, 2000, p.33).”

De acordo com D’Alessio e Capelato (2004, p.78), “o regime nazista apresentou-se ao mundo como uma revolução cujo objetivo era construir um ser humano novo no interior de uma sociedade nova”. Porém, a verdadeira intenção dos representantes nazistas consistiu em construir um poder supremo com estratégias que, para eles, atingiriam o ápice da civilização, baseando-se nas características da raça ariana. Segundo a conceituação nazista, a raça ariana seria teoricamente a linhagem mais pura e autêntica dos seres humanos, composta por cidadãos brancos ou caucasianos, sendo eles descendentes do antigo povo ariano (oriundos do planalto ariano, no Oriente Médio). O termo deriva de uma das primeiras línguas arianas e significa "nobre". Hitler aproveitou-se desta concepção para segregar e perseguir aqueles que

não possuíam esse “sangue puro”. Ou seja, a raça ariana foi colocada como suprema e superior às demais.

No cenário político, o regime nazista aniquilou as instituições liberais, que foram rapidamente substituídas por um Estado forte, com a existência de apenas um partido, responsável pelo comando da sociedade alemã em todos os âmbitos. Além disso, foi implantada a política de massas, incumbida de atrair as massas e seu apoio absoluto. No âmbito econômico, o Estado assumiu o total controle, objetivando desenvolver a economia alemã e torná-la competitiva. No âmbito social, procurou melhorar as condições de vida dos cidadãos que se encaixavam no padrão imposto e reprimiu aqueles que não deram apoio ao regime, a fim de evitar a manifestação contrária e constituir a ordem. No âmbito cultural dedicou-se na unificação de uma identidade nacional coletiva, que valorizava principalmente a nação e possuía como princípio ideológico a supremacia racial. O racismo esteve intensamente presente no regime e atuou como alicerce para a ratificação dos objetivos imperialistas (CAPELATO e D’ALESSIO, 2004, pp. 78-79).

Como já vimos, o antissemitismo foi uma das características principais do nazismo, responsável por legitimar as práticas violentas adotadas durante o regime e sustentar o domínio do projeto ariano. Hitler levou o antissemitismo ao ápice da crueldade humana. Sua aversão aos judeus começou quando ainda era adolescente em Lins. Ele sofreu grande influência ideológica de Poetsch, seu professor de História na época, que se caracterizava como antissemita e pangermanista (CAPELATO e D’ALESSIO, 2004, p.81).

Havia na sociedade alemã um sentimento de rancor e aversão ao judeu capitalista, caracterizado como perverso e desalmado, porém, o judeu vizinho, conhecido, amigo não era temido e nem ofendido pela maioria da população. O regime nazista atuou diretamente nesse sentimento de aversão, generalizando-o para qualquer judeu, mesmo aqueles que deram apoio ao governo nazista. Havia também a repulsa por outros grupos, mas nenhuma tão forte quanto o antissemitismo.

O preconceito e a aversão aos judeus estiveram presentes na sociedade alemã durante séculos anteriores ao regime nazista. E a legitimação da perseguição aos judeus foi proveniente dessa repulsa antepassada e também da presença extremamente atuante de judeus na política, na economia, nas ciências e nas artes durante o governo responsabilizado pela crise que se instaurou na Alemanha.

Além do antissemitismo, outra forte característica ideológica do regime nazista foi o nacionalismo, muito presente na Alemanha a partir do século XIX. Desde este período, foram se organizando pela Europa características de um novo tipo de nacionalismo, sendo ele

pertencente à direita radical. Este nacionalismo se apresentava em contestação aos princípios da Revolução Francesa, caracterizados como universais, porém, seus ideais burgueses se baseavam em um nacionalismo individualista e democrático liberal. De acordo com diversos autores, tal concepção é originada da França, a nação do Iluminismo, e deu suporte para os ideais pré-fascistas que se disseminaram pela Europa e foram aderidos facilmente pela Alemanha (CAPELATO e D’ALESSIO, pp. 83-84).

Em oposição ao nacionalismo dos ideais iluministas e o internacionalismo marxista, o novo nacionalismo enaltecia a nação, a partir perspectiva biológica e racial e se baseava no solo, sangue e costumes que deveriam ser sempre mantidos. Segundo D’Alessio e Capelato,

“A nação passou a ser vista como um ser vivo, com desenvolvimento semelhante ao de qualquer organismo animal ou vegetal. Transpondo as leis de Darwin para o campo social, acreditava-se que a luta entre as espécies e a vitória do mais forte eram uma concepção válida também para o desenvolvimento das nações, ou seja, as mais fortes, do ponto de vista racial, seriam as vencedoras. Nessa concepção, a raça (entendida como comunidade de sangue e espírito) era considerada o fator explicativo do desenvolvimento histórico (CAPELATO e D’ALESSIO, 2004, p.84).”

O nacionalismo do projeto ariano sustentou-se a partir do pressuposto que o povo seria uma entidade mitológica. Através dos mitos, que apontavam a superioridade racial germânica, pretendia-se restabelecer o sentimento de coletividade na sociedade alemã que se encontrava dividida. Os mitos utilizaram-se de mecanismos simbólicos para incentivar a participação nos espaços públicos, como os jogos agressivos e a ginástica. Deste modo, o novo nacionalismo alemão manifestou-se como um movimento coletivo, direcionado pelas convicções e virtudes do povo. Adiante, o nazismo se apropriou dessa tradição, que ganhou força ao longo dos anos (CAPELATO e D’ALESSIO, p. 84).

Outra característica ideológica, em geral apontada como definidora do nazismo, foi o totalitarismo. Antes da Segunda Guerra Mundial, o termo “regime totalitário” se referia exclusivamente ao nazismo e à Itália fascista. E os próprios regimes se descreviam como tais, por apresentarem um projeto extremamente focado em todas as formas de vida (FERRO, 1995, p. 173).

De acordo com Hannah Arendt, em seu livro *As origens do totalitarismo*, a definição de totalitarismo consistia em uma forma de governo inovador, que, ao invés de empregar leis

do direito, impunha leis da natureza, no caso do fascismo e do nazismo e “leis da História, no caso [d]o comunismo” (FERRO, 1995, p. 174).

No entanto, o tema do totalitarismo envolve muitas polêmicas historiográficas, motivo pelo qual não o abordaremos neste trabalho. Como salienta a historiadora Denise Rollemberg,

Se os Estados fascista e nazista alcançaram o controle absoluto das relações sociais – pressuposto do conceito de totalitarismo –, eis, no entanto, matéria de amplo debate historiográfico na segunda metade do século XX. Diversos trabalhos mostraram as incompletudes e os limites da ambição totalitária, nesses regimes, assim como no soviético (...). Há décadas os historiadores usam o conceito de totalitarismo não para reafirmar uma hipertrofia do Estado que teria levado à dissolução da sociedade civil, mas para especificar aqueles regimes que tentaram fazê-lo, diferentemente de ditaduras e regime autoritários tradicionais. Como na conhecida versão mussoliniana, *Tudo no Estado, nada fora do Estado, nada contra o Estado*. Ou, como na versão nacional socialista, *Um povo, um império, um líder* (ROLLEMBERG, 2007, p. 361) (grifos da autora).

## CAPÍTULO 2: REGIME E NAZISTA NO PODER: A DISCRIMINAÇÃO E A SEGREGAÇÃO

### 2.1 – O ANTISSEMITISMO ALEMÃO APÓS HITLER ASSUMIR O PODER

Com a ascensão de Hitler ao poder em 30 de janeiro de 1933, como chanceler da Alemanha, foram implantadas as primeiras medidas de perseguição aos judeus na Alemanha e leis que restringiam seus direitos e excluíaam sua participação na vida coletiva alemã, ou seja, foi dada uma ênfase à ideologia antissemita que já se fazia presente na tradição alemã. Por meio dos atuais meios de comunicação, das ferramentas burocráticas concedidas pelo Estado e do seu carisma particular, Hitler reforçou o pensamento do judeu como inimigo legítimo e ameaça para a sociedade. De acordo com Carneiro (2000, p.23), através dos discursos, “Hitler e a alta cúpula do *Reich* não se cansavam de afirmar que a maldade dos judeus – cuja imagem era identificada com o espectro do mal – era dirigida contra a prosperidade, unidade, e prestígio da nação alemã”. Através dessa concepção, o eliminacionismo dos judeus passou a ser pensado como uma possível demanda, pois a Alemanha e, posteriormente, os demais territórios deveriam ser isentos do “inimigo judeu”.

A partir de 1933 os ataques aos judeus aumentaram, tanto físicos quanto psicológicos, e eles foram condenados a viver sob um regime que os abominava, um regime sombrio. Houve a proliferação de uma série de ações violentas e discriminatórias, em que desde integrantes das Tropas de Assalto (SA) até cidadãos de diversas classes protagonizaram invasões e pichações em sinagogas, cemitérios, casas comerciais e residências de judeus. Juízes antissemitas possuíam a liberdade de usarem sua ideologia pessoal para decretarem suas decisões contra os judeus. Além disso, segundo Carneiro (2000, p.23),

Todas as cidades da Alemanha passaram a exibir cartazes e placas proibindo a presença de judeus. Frases que expressavam o sentimento de ódio que dominava o povo alemão tornaram-se comuns: “*Proibida a entrada de judeus neste lugar*”, “*Cuidado com os batedores de carteira e os judeus*”, “*Não comprem em lojas de judeus*”, “*Interditado aos judeus e aos cães de se banhar*”.

Durante o regime nazista, o ódio aos judeus era vigente em todas as classes sociais e no cotidiano, como em simples conversas entre indivíduos comuns, nos discursos oficiais realizados pelos líderes nazistas, nos hinos patrióticos, em pôsteres, filmes, revistas ilustradas,

álbuns de figurinhas e até em conteúdos expostos por cartões postais. Na década de 1930 e 1940 tudo o que propagava-se pela Alemanha possuía caráter antissemita. A alta cúpula do regime nazista, a alta sociedade e até mesmo as classes mais baixas da população alemã possuíam orgulho de ser considerados uma raça superior legítima. Porém, para isso, era fundamental a existência de uma raça inferior e antagônica, um *inimigo-objetivo* para ser apresentado à população como representação da perversidade (CARNEIRO, 2000, p.23).

A partir da ascensão do nazismo ao poder, o judeu passou a ser o bode expiatório do regime, ou seja, o culpado por todos os males vivenciados pela Alemanha nas últimas décadas. De acordo com Hannah Arendt, a respeito dessa designação ao judeu, “é nos momentos de crise que o antissemitismo se presta para justificar as derrotas militares, a miséria, a fome ou o desemprego”. E o nazismo produziu um mundo imaginário, habitado por raças distintas e opostas, as superiores e as inferiores. Através da fraude e da ilusão, os nazistas utilizaram a persuasão para convencer a população que, de fato, os judeus eram os inimigos e os mentores de toda a maldade (CARNEIRO, 2000, pp.23-24).

De acordo com Gellately (2011, p. 194), “uma das mais antigas convicções de Hitler era a de que qualquer nação que permitisse a “mistura sanguínea” estava destinada a decair”. Baseando-se nessa concepção discriminatória, também presente na ideologia de outros líderes nazistas, rapidamente foram proibidas as ações que possibilitavam a relação entre judeus e não judeus. Em setembro de 1935, após incentivar a violência (ainda limitada) contra os judeus, Hitler anunciou novas leis no comício especial do partido, em Nuremberg. As leis foram formuladas sob a supervisão de Hitler, porém levou-se em conta a opinião da sociedade alemã e, por este motivo, as leis foram expressas de forma menos abrangente (GELLATELTY, 2011, pp.194-195).

As novas leis foram denominadas como leis de Nuremberg. Elas foram o resultado das ideias de pureza racial defendidas pelo *III Reich* e foram organizadas em dois tópicos: a “Lei para os cidadãos do *Reich*” e a “Lei para a Proteção do Sangue Alemão e da Honra Alemã”. As leis segregavam e discriminavam os judeus, na proibição do casamento entre eles e alemães não judeus, das relações extra-conjugais, dos judeus elevarem a bandeira da Alemanha e a proibição de judeus empregarem mulheres que não eram judias e possuíam menos de 45 anos. As leis eram perceptivelmente antissemitas e reforçavam o sentimento de não pertencimento dos judeus à nação alemã. Porém, Hitler procurou demonstrar para a população alemã que as leis de Nuremberg seriam favoráveis, pois estas poderiam conceder aos judeus a chance de produzir seus modos de vida autênticos em todas as esferas sociais, baseando-se nos costumes de sua própria raça (GELLATELTY, 2011, p.195).

De acordo com Carneiro (2000, p.28), “em nome do sangue e da honra alemães os cidadãos do *Reich* foram divididos em duas categorias: os cidadãos completos (*Reichsbürger*) e os cidadãos nacionais (*Volksbürger*), estes definidos como *cidadãos de segunda classe sem direitos políticos*”. Ou seja, as leis definiam quem era judeu ou não, julgando sua participação na vida coletiva alemã ou sua eliminação desta, baseando-se na ascendência racial do cidadão (CARNEIRO, 2000, p.28).

As leis eram vagas e não definiam com transparência aqueles que eram judeus e aqueles de “raça mista”. Os indivíduos de “raça mista” eram denominados como *mischling*, uma palavra alemã que significa “mestiço”, ou seja, os filhos de judeus com alemães. Diante dessa adversidade, Hitler ponderou formular uma versão mais ampla desse conjunto de leis, porém, desistiu quando os alemães rejeitaram, por considerarem que as leis seriam muito extensas e que isso prejudicaria sua aplicação. Aqueles que possuíam três avós judeus eram instantaneamente definidos como judeus e os que possuíam dois avós eram considerados judeus somente se adotassem a fé judaica, se casassem com um judeu ou se fossem filhos de pelo menos um progenitor judeu (GELLATELLY, 2011, p.195).

O judeu foi o inimigo principal do Estado nazista. A sociedade tinha a ordem de segregá-lo da participação nos setores sociais, negando a venda de alimentos à eles, a locação de imóveis, a comercialização e até mesmo expulsando-os de locais públicos, onde eram vistos como inconvenientes. A entrada de judeus em vários locais foi proibida, como em cassinos e cidades de veraneio. Foram proibidas as ações que envolvessem qualquer relação entre judeus e alemães arianos e os que infringissem as leis eram punidos rigorosamente, sendo presos ou até mortos (CARNEIRO, 2000, p.30).

Até mesmo vários alemães considerados da raça ariana foram investigados e descobriu-se que eram judeus, mesmo não praticando a fé judaica, por parte de avós ou progenitores. Segundo o autor Carneiro,

Muitos judeus entraram em crise existencial visto que até então se identificavam com os valores da cultura alemã (*Deutschtum*). Outros orgulhavam-se de serem filhos de ex-combatentes da Primeira Grande Guerra, usufruindo privilégios outorgados pelo próprio Estado em reconhecimento ao seu patriotismo. E agora – com as Leis de Nuremberg – viam a terra ruir sob seus pés. A legislação nazista lhes arrebatava, em segundos, uma posição conquistada com sacrifício ao longo dos séculos: *o direito de ser cidadão, de ter uma pátria e de ter uma fronteira como referência geográfica* (CARNEIRO, 2000, p.30).

Por serem considerados inferiores, os judeus perderam o direito básico de serem tratados como seres humanos e, baseando-se na estética da exclusão, o nazismo os transformou em vermes. Os judeus não foram os únicos afetados pelas Leis de Nuremberg, os ciganos também foram classificados como uma raça inferior, devido suas características biológicas e culturais distintas do padrão ariano idealizado pelo regime. Trinta mil ciganos viviam na “grande Alemanha”, e estes foram enviados à guetos junto aos judeus ou metralhados por integrantes da SS (CARNEIRO, 2000, p.30).

Foi decretado aos judeus que utilizassem uma estrela de Davi amarela, mas essa não foi uma ordem particular do nazismo, pois esteve presente em outros contextos históricos. Desde a Idade Média, era habitual em diversos países da Europa, inclusive na Alemanha, a obrigação dos judeus de fazerem uso do símbolo amarelo em suas roupas ou do chapéu cônico. Foi instituído pelo IV Concílio de Latrão (1215) a utilização de trajes distintos para judeus, heréticos, sarracenos, leprosos, prostitutas e outros desonrados, que eram mal vistos pela sociedade da época. A França foi a responsável pela criação da ideia de indicar explicitamente aqueles que eram diferentes e malquistas com o símbolo amarelo, que, para eles, era a cor da cobiça e da perversidade. Já na Alemanha de 1267, foi decidido pelo Concílio de Viena que os marginais deveriam usar o chapéu cônico. De acordo com registros históricos datados do século XVI e XV, era exigido o uso do chapéu amarelo e vermelho. Esse símbolo, nos séculos posteriores, foi sucedido pela rodela amarela. Segundo Carneiro (2000, p.35), “nessa mesma época, a Polônia adotou um chapéu pontudo verde e a Inglaterra, duas tiras de pano costuradas sobre o peito. A Itália e a Espanha optaram pela rodela, enquanto Portugal adotou o uso do chapéu cônico e do sambenito<sup>12</sup>” (CARNEIRO, 2000, pp.34-35).

Nas décadas de 1930 e 1940, a prática simbólica de diferenciar os excluídos da sociedade retomou com mais força e violência no regime nazista. Além da estrela amarela, colocada nas roupas ou em uma braçadeira, os judeus prisioneiros dos campos de concentração eram marcados com números em seus antebraços (CARNEIRO, 2000, p.35). Os judeus foram totalmente devastados e perderam até mesmo seus nomes, sendo substituídos por esses números, que passaram a ser sua única identidade.

Durante o poder nazista, havia divergências internas na própria cúpula a respeito de como hostilizar os judeus. Alguns defendiam a violência aberta, pública, enquanto outros eram adeptos ao combate realizado através de leis e medidas pensadas burocraticamente. A

---

<sup>12</sup> Sambenito era a denominação da vestimenta usada por cristãos novos durante o ritual de fé pública (CARNEIRO, 2000, p.35).

“Noite dos Cristais”, ocorrida em 9 de novembro de 1938, é um exemplo conhecido de violência totalmente aberta. Ela ocorreu diante de uma razão pretextada para encobrir a verdadeira razão: eliminar os judeus, os seres inferiores e malquistos. A desculpa utilizada foi o assassinato de um empregado da embaixada alemã em Paris, orquestrado por um jovem judeu. Diante desse contexto, os nazistas planejaram um enorme ataque aos judeus presentes na Alemanha, em que as polícias da SS atuavam em dezenas de cidades. De acordo com Cytrynowicz (1990, p.31), “o resultado foi de pelo menos 36 judeus mortos, 20 mil a 30 mil presos em campos de concentração (a primeira prisão maciça de judeus por serem judeus), 191 sinagogas incendiadas e 76 completamente destruídas, e 815 lojas arrasadas”. Os prisioneiros de Dachau poderiam ser libertos apenas se garantissem sua saída do país, porém, pelo menos 700 judeus foram mortos no campo, devido à extrema violência (CYTRYNOWICZ, 1990, p.31).

## 2.2 A IMPORTÂNCIA DA PROPAGANDA PARA A DISSEMINAÇÃO DA IDEOLOGIA NAZISTA

A propaganda proporciona uma maneira de persuadir quem a recebe, visando influenciar nos âmbitos ideológico, político e sentimental, incluindo as emoções, atitudes, opiniões e/ou ações dos receptores. O ato de persuadir é fundamental para o crescimento de um governo ou partido político, e, por este motivo, a propaganda política foi fundamental para o progresso do regime nazista.

Como já foi apontado, a derrota na guerra e a consecutiva crise moral beneficiaram os pensamentos extremistas. A extrema direita foi responsável por constituir o nazismo e seu respectivo líder, que aproveitou a crise para triunfar politicamente, surgindo na conjuntura política alemã como “salvador da pátria”. O projeto de poder nazista teve como instrumentos elementares as grandes massas e seu líder Adolf Hitler, e a propaganda política representou um dos pilares dessa estrutura. No diálogo com as massas, seu discurso político destacava o conceito de raça e nação e, além disso, Hitler concedeu proteção e esperança ao povo, que estava desamparado e desacreditado após a derrota na Grande Guerra. Sendo assim, a possibilidade do nazismo reerguer a Alemanha, aniquilar os oponentes e triunfar teve repercussão diante dessas condições e, por este motivo, recebeu o apoio das massas para conduzir a Alemanha à vitória. De acordo com as autoras Capelato e D’Alessio (2004, p.43), “o discurso nazista divulgado pelos meios de propaganda orientou-se basicamente em torno de dois eixos: o revanchismo, como reação à humilhação imposta pelos “inimigos”, e a volta do passado, mediante o apelo para se recuperar a comunidade de origem.” (CAPELATO e D’ALESSIO, 2004, p.43).

Nas décadas de 1930-1940, quando houve um avanço significativo dos meios de comunicação em esfera mundial, a propaganda política obteve grande importância, por sua capacidade de usar as ideologias e princípios, através dos seus mecanismos psicológicos, para atrair as massas, atingindo-as em suas tradições, valores, anseios e crenças. Para as autoras Capelato e D'Alessio (2004, p.44), “em qualquer regime, a propaganda política é estratégica para o exercício do poder. Seu papel, entretanto, ganha grande destaque nos regimes em que o Estado, por monopolizar a mídia, exerce severo controle sobre ela, procurando bloquear toda atividade espontânea” (CAPELATO e D’ALESSIO, 2004, p.43).

No *Mein Kampf*, livro redigido por Adolf Hitler, consta diversas reflexões acerca da propaganda de massas, a qual Hitler define da seguinte forma:

Toda propaganda deve estabelecer seu nível intelectual segundo a capacidade de compreensão dos mais obtusos dentre aqueles aos quais se dirige. Seu nível intelectual será, por isso, tanto mais baixo quanto maior a massa de homens que se procura convencer [...] O povo na sua grande maioria é de índole feminina tão acentuada que se deixa guiar, no seu modo de pensar e agir, menos pela reflexão do que pelo sentimento (CAPELATO e D’ALESSIO, 2004, p.44).

Ou seja, segundo Hitler, era essencial que as propagandas fossem populares, isto é, direcionadas à maioria ou, como denominava, “as grandes massas”. Elas deveriam ser formuladas a partir do pressuposto de que os receptores possuíam inteligência e perspicácia limitadas, logo, as propagandas necessitariam ser acessíveis no campo intelectual. De acordo com Lenharo (1990, p.47), ainda a respeito das considerações feitas no *Mein Kampf*, “se eram muitos os inimigos a serem atacados, para não dispersar o ódio das massas seria preciso mostrar que eles pertenciam à mesma categoria, não ficando assim individualizando o adversário.” (LENHARO, 1990, pp. 47-48).

Era fundamental para os nazistas o povo se sentisse representado, para isso era necessário atingi-lo emocionalmente, tocar o coração das massas, compreendendo e retratando seus sentimentos e sua visão de mundo maniqueísta<sup>13</sup>. Há a comparação das massas com as mulheres, cuja sensibilidade as incapacita de absorverem os argumentos especulativos, ao invés disso seriam comovidas, de acordo com Hitler, pela “vaga e sentimental nostalgia por algo forte que as complete” (LENHARO, 1990, p.48). Levando em conta tal perspectiva, as mensagens deveriam ser formuladas a fim de seduzir, moldar, condicionar e controlar a multidão.

---

<sup>13</sup> A visão maniqueísta é uma filosofia religiosa fundada e disseminada por Maniqueu, filósofo cristão do século III. Ela alega a existência do dualismo entre dois princípios opostos, normalmente o bem e o mal.

Além disso, outro aspecto que havia destaque era o fato de que na propaganda deveriam constar as mentiras, calúnias e deformações. Porém, ao contar mentiras, as mesmas deveriam ser grandiosas, pois sendo assim, segundo Hitler, “nem passará pela cabeça das pessoas ser possível arquitetar uma tão profunda falsificação da verdade” (LENHARO, 1990, p.48). As mentiras auxiliaram a fixação de Hitler em transmitir somente informações positivas e vitoriosas dos exércitos alemães, mesmo que estivessem perdendo a guerra, pois, para atrair o povo, é necessário dar a impressão de que estão presenciando um mundo ideal, que só há coisas boas. Mesmo não havendo, através dos meios de comunicação, é possível criar essa falsificação da verdade. Sendo assim, utilizam-se destes métodos para suprir, mesmo que ilusoriamente, o desejo profundo da população de alcançar a harmonia e a paz.

A partir dessas considerações, os nazistas fizeram da propaganda um instrumento de persuasão fundamental e de longo alcance, estando presente nos meios de comunicação, incluindo imprensa, cinema, rádio, e até mesmo nas produções artísticas e culturais, tais como literatura, teatro, comemorações, arquitetura, pintura, entre outros.

A propaganda política nazista foi organizada por Joseph Goebbels (1897-1945), nomeado como ministro da Informação Popular e Propaganda no dia 13 de março de 1933. Ele era autoridade máxima quando se tratava de informações, sendo responsabilizado por controlar, organizar e planejar a divulgação das ideologias nazistas e a formação da imagem de Hitler como *Führer*. De acordo com Goebbels, devido à compreensão limitada do povo, era necessário e tido como regra abordar questões curtas e específicas, sendo estas repetidas incessantemente, a fim de alcançar grande influência psicológica do público alvo. Desse modo, o povo acreditaria que aquelas palavras fariam da Alemanha uma grande nação. Isso explica o fato dos gritos de guerra e as saudações serem repetitivos. A Igreja Católica também utilizava este método, com o uso de símbolos e liturgias, e, por este motivo, permaneceu influente repetindo os mesmos discursos por milênios (CAPELATO e D’ALESSIO, 2004, p.45).

Segundo Hannah Arendt, a propaganda nazista caracterizava-se

pelo uso de insinuações indiretas, veladas e ameaçadoras, pela simplificação das ideias para atingir as massas incultas, promessas de benefícios materiais ao povo (emprego, aumento de salários, barateamento dos gêneros de primeira necessidade), garantias de unidade e fortalecimento nacional (CAPELATO e D’ALESSIO, 2004, p.45).

Ou seja, através da linguagem compreensível e agressiva, almejava-se conduzir os receptores das mensagens a aceitarem e aderirem as ações e/ou ideologias idealizadas pelo regime.

O rádio e o cinema foram completamente tomados. Goebbels possuía grande apreço pelo cinema e, por este motivo, privilegiou este setor, investindo abundantemente para a produção de filmes de ficção e documentários recheados com a ideologia nazista. O rádio foi o mais significativo mecanismo de propagação da ideologia nazista. Com a ascensão do nazismo ao poder, apenas uma agência noticiosa passou a existir e ela controlada pelo próprio governo. Segundo Capelato e D'Alessio,

faziam parte da programação radiofônica os discursos políticos, as informações sobre atos e realizações positivas do poder, a divulgação de mensagens de propaganda política (havia programas diários destinados a esse fim). Por meio de uma política de fabricação maciça de rádios baratos, a audiência radiofônica quadruplicou entre 1933 e 1939 (CAPELATO e D'ALESSIO, 2004, p.46).

### 2.3 ADESÃO DA SOCIEDADE DIANTE DA IDEOLOGIA NAZISTA

Por qual motivo os alemães denunciavam os judeus e sua localização à Gestapo? Essa é uma questão que pode surgir ao estudar este tema. Talvez muitas pessoas tenham apenas ignorado a crueldade nazista, porém muitos não fizeram isso, mesmo tendo a consciência dos resultados fatais que suas acusações poderiam ter.

De acordo com os estudos feitos pelo historiador Reinhard Mann, utilizando os 825 registros da Gestapo que ele encontrou, com o objetivo de identificar e quantificar os motivos de todos os denunciadores,

ele descobriu que (...) dos 213 casos abertos por uma denúncia identificável, Mann viu que apenas 50 (ou 24%) pareciam ser motivados pelo que chamou de considerações “de lealdade ao sistema”. Boa parte dos arquivos não continha nenhuma evidência de motivos (83, ou 39%), enquanto um número maior de arquivos apresentava primariamente motivos egoístas (GELLATELY, 2011, p.215).

Dentre os arquivos que constavam denúncias, foi identificado um número mínimo de delações cujos motivos eram afetivos, principalmente o antissemitismo declarado. De acordo com o estudo de Mann, as denúncias ocorriam principalmente com o objetivo de prejudicar

um rival ou alguém envolvido em uma disputa social. Outro estudo que apresenta resultados similares é o de Bernwar Dörne, a respeito das “intrigas maliciosas”.

De um total de 481 denúncias, ele observou que apenas 155 delas (ou menos de um terço) tinham um motivo predominantemente político. A maior parte das denúncias restantes (212 casos) eram baseadas principalmente em considerações pessoais, mas um número surpreendente (114 casos) em sua amostra simplesmente não tinha nenhuma menção sobre os motivos do informante (GELLATELY, 2011, p.216).

Muitos cidadãos deram apoio às medidas antissemitas. Segundo o historiador Müller-Hill, a maioria dos indivíduos lucrou significativamente com o processo e, de fato, esse foi um dos motivos desse assentimento. Com a perseguição aos judeus, a forte concorrência de médicos, advogados e comerciantes terminou. Além disso, as posses apreendidas dos judeus poderiam ser compradas por alemães arianos por valores muito abaixo do que realmente valiam. Aumentou a disponibilidade de vagas nas carreiras de professor e assistente, pois todos os judeus foram demitidos. Os profissionais da antropologia e psiquiatria também se beneficiaram, pois receberam investimentos para suas pesquisas acerca do mito ariano. As indústrias arrecadaram significativamente ao utilizar a mão de obra forçada dos prisioneiros dos campos de concentração, tendo produtividade e nenhum gasto em salários ou recompensas (CARNEIRO, 2000, p.36).

No dia 19 de abril de 1943 ocorreu a primeira revolta armada no interior da Europa, conquistada pela Alemanha nazista. Foi a insurreição realizada pelo gueto de Varsóvia, em que os judeus reagiram durante quatro semanas até o gueto ser completamente devastado, em maio do mesmo ano. O movimento não interrompeu ou prejudicou as políticas de extermínio, porém, ficou marcado pelo ato de bravura, já que era difícil organizar uma resistência judaica diante do antissemitismo vigente na Polônia e a ignorância do mundo em relação ao genocídio que ocorria. De acordo com o historiador Raul Hilberg, em relação à revolta do gueto de Varsóvia, o acontecimento foi “literalmente uma revolução; após dois mil anos de submissão, a roda girou e uma vez mais os judeus estavam usando a força”. Além disso, a revolta dos combatentes recebeu o apoio da resistência comunista, mesmo com a organização pendente desta (CYTRYNOWICZ, 1990, p. 135-136).

Em outubro de 1942 foi criada uma associação intitulada como “Organização Combatente Judaica”, liderada por Mordechai Anielewicz (1919-1943), um militante que

apoiava o sionismo<sup>14</sup> e o socialismo. Essa formação se deu quando restava apenas 70 mil indivíduos no gueto, pois, até esse período, cerca de 280 mil já haviam sido deportados para os campos de extermínio. Entre 750 e 1.500 jovens, com idades entre 18 e 25 anos, se organizaram para a batalha, portando “cem rifles ou carabinas e algumas poucas centenas de revólveres e granadas”, obtidos no mercado negro. Os armamentos, mesmo sendo em pouca quantidade, foram conquistados devido ao apoio limitado da resistência polonesa de direita e foram essenciais para o levante (CYTRYNOWICZ, 1990, p. 135-136).

O levante armado se iniciou nas seguintes condições:

[havia uma separação] entre os grupos comunistas e os sionistas, mantendo a divisão que existia no mundo judaico entre os que eram favoráveis à criação de um Estado judeu independente (na Palestina) e os que defendiam uma revolução comunista como forma de superar as perseguições anti-judaicas. Depois passo a incluir grupos socialistas (não-sionistas e a favor de uma autonomia dos judeus nos países em que viviam) e religiosos, que se reuniram num comitê unificado, a “Organização Combatente Judaica”. Mesmo com o início da revolta, dois grupos sionistas conservadores (...) mantiveram uma organização militar separada, a “União Militar Judaica” (CYTRYNOWICZ, 1990, p. 136).

Em 16 de fevereiro de 1943 foi ordenado por Himmler a eliminação do gueto. Os judeus que estavam presentes seriam designados para a morte, através das câmaras de gás. Para isso, os nazistas fizeram uso de “tanques pesados, lança-chamas e artilharia”, com a finalidade de destruir tudo em pelo menos três dias. Havia um total de 2.100 soldados alemães, porém, o ataque também contou com a cooperação de “soldados letões, ucranianos, lituanos e poloneses” (CYTRYNOWICZ, 1990, p. 36).

Enquanto os soldados utilizavam todos os meios possíveis para a destruição da resistência judaica, a mesma elaborava esconderijos subterrâneos para o refúgio das pessoas presentes no gueto e dos combatentes. A batalha anti-nazista ocorreu em três etapas, sendo elas: a primeira contou com os confrontos públicos, a segunda dentro de casas e edifícios e a terceira nos esconderijos subterrâneos e esgotos. Os nazistas, impiedosos e perversos, ateavam fogo e gás nos esconderijos (CYTRYNOWICZ, 1990, p.136).

Como resultado do levante, milhares de judeus foram mortos, dentre estes, sete mil foram apanhados por nazistas e exterminados por fuzilamento. Da população do gueto, 56.065

---

<sup>14</sup> O sionismo é um movimento político que se dedica em alcançar o direito à autodeterminação dos judeus e à existência de um Estado nacional judaico autônomo. A maior parte dos sionistas apoiava o socialismo, embora houvesse os sionistas de direita também (CYTRYNOWICZ, 1990, p.135).

entregaram-se e foram encaminhados para os campos de extermínio. Aproximadamente cinco mil judeus fugiram para as florestas. Já dentre os soldados nazistas, apenas 16 foram mortos e 85 feridos (CYTRYNOWICZ, 1990, p.137).

Vale ressaltar que não era fácil a organização de uma resistência judaica nos territórios ocupados por nazistas, pelo contrário, era imensamente árduo, devido ao fato dos judeus não terem o apoio de nenhum país ou governo. Não possuíam um território de refúgio e muito menos um exército. A Suíça, por exemplo, possuía um intenso controle sob suas fronteiras, a fim de impedir refugiados de adentrarem o país. Era permitida a entrada somente daqueles que pagassem um alto preço na compra de passaportes falsos ou vistos, porém, muitos não possuíam condições. De acordo com Cytrynowicz (1990, p.138), “houve apoio aos judeus por parte de setores da população local, principalmente na Dinamarca, Itália e Bulgária (...). Houve também indivíduos que ajudaram os judeus em vários países. Mas estes esforços, no conjunto, salvaram talvez algumas dezenas de milhares de judeus” (CYTRYNOWICZ, 1990, p.138).

## CAPÍTULO 3: IMPACTOS DE UMA TRAGÉDIA

### 3.1 – OS GUETOS, CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO E CAMPOS DE EXTERMÍNIO

Os campos de concentração se disseminaram por todo o território europeu conquistado pelos nazistas, durante o *III Reich*. Ao alcançar o poder, Hitler promulgou, em 28 de fevereiro de 1933 a *Lei para a proteção do povo e do Estado*, tornando possível o início dos primeiros campos de concentração. Esses locais representaram a perspectiva totalitária e a essência do regime e estiveram presentes durante a trajetória do poder nazista (1933-1945). Eles possuíam como objetivos ensinar a ideologia nazista aos homens da SS, aniquilar os oponentes do regime, sendo eles “reais ou imaginários”, alicerçar a supremacia militar e a ideologia de superioridade racial alemã (CARNEIRO, 2000, p.45). Ou seja, a lei possuía como objetivo principal, proteger o alemão ariano e “puro” e eliminar os “diferentes”, entre eles os judeus.

A *Lei para a proteção do povo e do Estado* possibilitava os nazistas a castigarem os indivíduos dos campos com trabalhos forçados. Em 14 de outubro de 1933 foi permitida a “detenção preventiva”. E assim se iniciou legalmente o maior método de concentração da história moderna, vinculado ao sistema policial do regime. De acordo com o historiador e autor Marcel Ruby (1924-2011), apesar de todos os campos acarretarem na morte em massa, eles possuíam dois tipos: os campos de concentração, no qual a morte era gradativa, ou seja, ocorria aos poucos, devido aos pesados trabalhos que enfraqueciam e debilitavam os prisioneiros até sua morte; e os campos de extermínio, onde os indivíduos eram aniquilados no mesmo instante (CAPELATO e D’ALESSIO, 2004, p. 96).

Segundo o mesmo autor, os campos de concentração possuíam os nomes dos locais onde foram construídos, e isto ocorreu na seguinte ordem cronológica: em 1933 foi criado o Dachau (Alemanha); em 1936 o Sachsenhausen (Alemanha); em 1937 o Buchenwald (Alemanha); em 1938 o Flossenbürg (Alemanha); em 1938 o Neuengamme (Alemanha); em 1939 o Ravensbrück (Alemanha); em 1939 o Stutthof (Alemanha); em 1941 o Gross-Rosen (Alemanha); em 1941 o Natzwiller-Stutthof (Alsácia – pertencente ao regime nazista na época); em 1941 o Mauthausen (Áustria); em 1943 o Bergen-Belsen (Alemanha); em 1943 o Mittelbau-Dora (Alemanha) (CAPELATO e D’ALESSIO, 2004, p. 96).

Os campos eram divididos em diversas categorias, tais como: campos de trânsito, campos para prisioneiros de guerra, campos para prisioneiros civis, campos para poloneses, campos penais, além dos já citados campos de concentração, campos de trabalho e campos de

extermínio. Porém, efetuou-se o extermínio em todos eles, o que diferenciava era como os indivíduos morriam e o que faziam antes de sua morte.

Aqueles que eram vistos como oponentes pelo nazismo (dentre eles os judeus, comunistas e seus simpatizantes, social-democratas, anarquistas, ciganos, homossexuais, entre outros) eram encaminhados a estes campos de concentração como prisioneiros. Nestes campos, eram expostos às piores condições de vida possíveis, como a falta de alimentação, castigos corporais e instalação sanitária precária (CARNEIRO, 2000, p.45).

Todos os campos possuíam uma estrutura física padrão. E, quando eram distintos em algum aspecto, isso não alterava seu objetivo. Eles eram construídos em locais gigantes, completamente protegidos, planejados de forma premeditada para que não houvessem fugas. Havia patrulhas armadas encarregadas de vigiar todo o perímetro nas torres de vigilância. Possuíam uma área destinada a verificar a presença dos prisioneiros, chamando seus números, que era denominada como Praça da Chamada. Já os aposentos precários dos condenados, localizados uns próximos aos outros, eram totalmente estreitos para a grande quantidade de pessoas que possuíam (CAPELATO e D’ALESSIO, 2004, p. 99).

Os campos também possuíam cozinha, área médica, lavanderia, oficina, fossa séptica, área de objetos pessoais, refeitório, padaria, mercearia, depósito de roupas, local para banho e cadeia. Os detentos viviam aglomerados, enquanto os nazistas, comparados aos prisioneiros, dispunham luxuosas condições de vida em suas acomodações. Possuíam alojamentos, casas de oficiais da SS, garagem, bordel, cinema, cassino, escritório e departamento político, localizados distante dos campos (CAPELATO e D’ALESSIO, 2004, p. 99).

Esses locais representavam a discriminação, a tortura e a destruição de povos e indivíduos inconvenientes. Porém, na estrutura dos campos, ainda havia áreas destinadas à tortura e ao extermínio, como os fornos crematórios e as câmaras de gás, mecanismos muito utilizados para o extermínio em massa.

Como já mencionado, o extermínio nos campos geralmente eram provenientes do esgotamento físico, ocorrido pela obrigação dos intensos trabalhos forçados dos prisioneiros. Ou seja, os nazistas colocavam em prática o eliminacionismo e ainda garantiam seu lucro, através da exploração da mão de obra sem custo. Nesse processo, ocorria a morte considerada como produtiva, pois acreditava-se que os judeus, os boêmios e os poloneses condenados deveriam ser destruídos de forma a contribuir para o lucro e a produtividade das indústrias nazistas, através do trabalho.

A Polônia era considerada a base cultural, religiosa e política dos judeus. As características judias, muito presentes no território, foram completamente devastadas pelos nazistas, ao conquistarem o país. O antissemitismo foi mais brutal e a violência ocorria diariamente, sem interrupções ou mediações. Houve milhares de mortes durante o processo de invasão ao país. E as mortes continuaram quando, em 21 de agosto de 1939, Heydrich decretou a designação dos judeus para guetos, organizados desde o inverno de 1939/1940 até o fim de 1941. Segundo Cytrynowicz (1990, p.37), “cerca de 2,5 milhões de judeus (incluindo os da Alemanha, Áustria e Tchecoslováquia) foram concentrados em algumas cidades na região do Governo Geral<sup>15</sup>, onde foram confinados em áreas restritas”. Os guetos eram localizados perto da ferrovia. Os maiores eram contornados por muros e os menores por arames farpados. Na área do Governo Geral havia 13 guetos e 42 locais de confinamento, áreas distintas dos guetos somente no fato de não serem tão afastadas. Os símbolos de discriminação usados pelos judeus, como a estrela de Davi, permitiam identificá-los facilmente. E, caso infringissem a ordem, como, por exemplo, saindo do gueto, seriam severamente punidos (CYTRYNOWICZ, 1990, pp.37-38).

Segundo os dados levantados por Cytrynowicz,

mais de 600 mil judeus morreram nos guetos na Polônia (20% da população judaica do país). Em abril de 1941, morriam de 500 a 600 pessoas por semana. Em maio daquele ano, morreram 150 por dia. Em 1942, no gueto de Varsóvia, morriam cinco mil pessoas por mês [...]. Em 1939, a ração concedida pelo governo nazista aos alemães na Polônia era de 1.613 calorias, 669 calorias para os poloneses não-judeus e 188 para os judeus (CYTRYNOWICZ, 1990, p.38).

Em outubro de 1939, ocorreu a intitulada Operação T4, que resumia-se na aplicação da eutanásia, que pode ser compreendida como a prática (geralmente, médica) que visa a produzir a morte aplicada a seres vivos, em estágio de fim de vida/doença terminal sem possibilidade terapêutica. Porém, a eutanásia foi aplicada erroneamente no regime nazista, causando a morte brutal e desumana dos judeus. Foi utilizada como um dos mecanismos para o homicídio premeditado, violando os preceitos básicos da prática biomédica. A escolha, que deveria ser feita pelos próprios pacientes junto aos seus familiares, foi imposta pelos nazistas, que consideravam essas vidas inválidas e sem valor. Visando o custo, e não o valor da vida dos indivíduos, foram eliminados não somente aqueles que se encontravam em estado

---

<sup>15</sup> Governo Geral foi a denominação dada pela Alemanha Nazista autoridade governativa da Polônia conquistada.

terminal, mas também idosos e deficientes físicos e mentais, em nome do projeto ariano, para a “pureza” da raça alemã.

O extermínio sistemático dos judeus iniciou-se diante da ocupação nazista na União Soviética, em 1941. A criação dos campos de extermínio ocorreu após a decisão da “solução final”, referente ao plano de genocídio colocado em prática contra os judeus durante a Segunda Guerra Mundial. Foram criados seis campos de extermínio, entre 1940 e 1942 na Polônia, sendo eles: em 1940 o Auschwitz; em 1941 o Chelmno, também conhecido como Kulmhof; em 1941 o Majdanek; em 1942 o Sobibor; em 1942 o Treblinka; em 1942 o Belzec (CAPELATO e D’ALESSIO, 2004, p.96). O massacre dos judeus foi planejado levando em conta a otimização do tempo e do custo. O objetivo era exterminar os judeus no tempo mais curto possível. A crueldade e a frieza foram tão intensas que os nazistas foram capazes de aproveitar até mesmo os cadáveres como matéria prima para as indústrias (CYTRYNOWICZ, 1990, p.87).

Os judeus eram levados aos campos em trens superlotados. Por esse motivo, todos os campos de extermínio, assim como os guetos, foram construídos, premeditadamente, próximos às ferrovias, a fim de tornar mais fácil o processo de deportação. Durante o percurso, muitas pessoas morriam, devido as precárias condições dos trens, que não possuía água ou ventilação. Os vagões eram fechados, havendo apenas uma pequena janela cercada com arame farpado. De acordo com Cytrynowicz (1990, p. 90), “dos 2.521 deportados do campo de internamento de Compiègne, na França, 984 morreram durante o percurso, dentro dos vagões, devido ao calor, à sede e à fome (CYTRYNOWICZ, 1990, pp. 89-90). Mesmo com a morte dos passageiros, não abriam os portões.

Ao chegar no local de extermínio, a maioria dos judeus era dirigida imediatamente às câmaras de gás. Em Auschwitz e Majdanek, era feita uma seleção entre aqueles que seriam exterminados no mesmo momento e aqueles que seriam designados ao trabalho forçado. Se o número de vítimas fosse maior que a capacidade dos locais onde haviam as câmaras de gás, elas deveriam esperar nos trens, ou seja, aguardavam pela sua morte. Em Auschwitz, a seleção dos que iam para as câmaras e os que iam desempenhar as funções era realizada por médicos. Quando indicavam para a direita significava trabalho e para a esquerda significava morte. Porém, os presos não sabiam o que esperava por eles e nem se de fato iam morrer, pois os mecanismos eram escondidos, a fim de evitar o pânico (CYTRYNOWICZ, 1990, pp. 90-91).

Na entrada de Auschwitz, havia uma placa com a seguinte frase: *Arbeit macht frei*, que possui como significado “o trabalho liberta”. Porém, não era o que ocorria, já que o

trabalho passou a ser uma das formas de genocídio adotada pelos nazistas. Ao serem selecionados para trabalhar, os prisioneiros se livravam do extermínio imediato. Eles ganhavam apenas um par de roupas, pijamas listrados, e as usavam para dormir e também para trabalhar, por não terem outras.

A câmara de gás foi o mecanismo mais utilizado para o aniquilamento de judeus durante a Segunda Guerra. A técnica foi utilizada com esta finalidade pela primeira vez e, devido seu custo-benefício favorável ao regime, tendo destruído milhões instantaneamente, representou e marcou a história da humanidade (CYTRYNOWICZ, 1990, p.87).

Em *As Origens do Totalitarismo*, Hanna Arendt apontou que

os campos de extermínio se aproximam muito da imagem medieval de inferno, em que todas as violências imagináveis eram retratadas. Mas com uma diferença básica: a concepção medieval de inferno era tolerável para o homem em função da crença em um critério absoluto de justiça ligado à possibilidade de misericórdia no dia do Juízo Final. Os nazistas aniquilaram os conceitos de bem, de misericórdia, de justiça, de compaixão. A sua violência não tinha qualquer limite. Daí ser o nazismo um mal radical, um mal sem misericórdia, em que toda violência era possível (Apud CYTRYNOWICZ, 1990, pp. 87-88).

Além das câmaras de gás, os nazistas utilizaram-se de outros meios para o extermínio em massa. Mais de 1,3 milhões de judeus foram mortos por fuzilamento e tiros na nuca, em campos de extermínio na União Soviética. Muitos também foram mortos pela infiltração de veneno, em judeus e aqueles “doentes incuráveis”. Os nazistas pretendiam destruir 11 milhões de judeus, para isso, empenhavam-se em descobrir diversas formas de matar as massas, levando em conta os requisitos de eficiência e desempenho. É estimada a morte de 2,7 milhões de judeus nos campos de extermínio e cerca de 1,5 milhão de não judeus (CYTRYNOWICZ, 1990, pp. 88-89).

Auschwitz foi criado em 1940 com a intenção de encarcerar prisioneiros de guerra e, até o seu fim, em 1944, sufocou inocentes até a morte em suas câmaras de gás. De acordo com os valores estimados por Raul Hilberg, em Auschwitz foram mortos 1 milhão de judeus, em Treblinka 750 mil, em Belzec 550 mil, em Sobior 200 mil, em Kulmhof 150 mil e em Majdanek 50 mil (CYTRYNOWICZ, 1990, p. 89).

Para os nazistas, a política de extermínio

era uma questão de vida ou morte, era uma “missão sagrada” para defender a “saúde da raça ariana”. Uma vez abolida qualquer questão ética relativa ao extermínio, as discussões limitavam-se ao aspecto de como proceder para destruir os judeus. A lógica de destruição nazista transformou o objetivo de matar milhões de inocentes em um problema técnico, da mesma forma que uma empresa busca aumentar sua produção. Os nazistas colocaram-se além do bem e do mal. Isso possibilitou o uso de uma lógica que banaliza a morte. Ela está presente em milhares de documentos nazistas que descreviam em linguagem técnica diferentes formas de matar. Por exemplo, o grau de pressão sobre o acelerador no caso das câmaras de gás móveis/caminhões ou os detalhes de como construir as câmaras de gás (CYTRYNOWICZ, 1990, p. 94).

Os judeus da Alemanha e dos demais países conquistados pelos nazistas eram levados aos campos de extermínio para sua aniquilação. Esse genocídio foi chamado de “solução final”, que consistiu no encaminhamento de milhões de judeus para a morte, orquestrado pelos alemães. Os nazistas, em nenhum momento, admitiram a consciência do gigantesco crime que estavam cometendo (CYTRYNOWICZ, 1990, pp. 95-96).

### 3.2 RELATOS DE JUDEUS

Há numerosos relatos de judeus sobreviventes ao Holocausto, sendo eles registrados em vídeos ou adaptados para roteiros de cinema. Com o intuito de manter viva a memória do Holocausto, instituições acadêmicas e fundações culturais de diversos países da América e da Europa estão projetando programas específicos de História Oral, que consiste em depoimentos orais de sobreviventes do regime nazista. Os depoimentos orais incluem *diários e livros de testemunho*, por exemplo, as populares obras escritas por Anne Frank e Primo Levi, ambos vítimas da crueldade nazista (CARNEIRO, 2000, p. 71).

O *Diário de Anne Frank* recebeu tradução para 40 idiomas e foi publicado em 50 países, alcançando milhões de leitores. Em relação a essa obra, é possível afirmar que ela

[...]é muito mais que um diário: é um documento humano, retrato de uma horrível realidade. Mas, para os neonazistas adeptos da “teoria da mentira”, esse diário é uma invenção literária sobre o Holocausto. Mais uma razão para ser lido, divulgado e multiplicado como forma de luta contra a barbárie. Não apenas este, mas tantos outros que venham a ser descobertos (FRANK apud CARNEIRO, 2000, p. 71).

O *Diário de Anne Frank* foi escrito entre 12 de junho de 1942 e 1º de agosto de 1944. Sendo assim, por Anne Frank ter nascido em 12 de junho de 1929, tinha a idade entre 13 e 15 anos quando produziu esta obra. Através de cartas escritas por ela e tendo ela própria como destinatária, registrou o tormento vivenciado pelos holandeses e judeus durante a ocupação alemã. Sua família era composta por judeus alemães de Frankfurt e durante esse período tentaram como escapatória viver escondidos numa casa em Amsterdã (Holanda), até serem descobertos. Anne teve a ideia de publicar seu livro, tendo como base seu diário, após presenciar um discurso do ministro da Educação holandês no exílio, na primavera de 1944. Para isso, revisou seu texto, fez alterações e corrigiu cada parágrafo. Ainda assim, permaneceu escrevendo em seu diário inicial e seus últimos registros nele são datados de 1º de agosto de 1944, no momento em que sua família e os responsáveis por acobertarem foram delatados e encontrados. Por conseguinte,

De um campo de trânsito holandês para judeus, os Frank foram deportados para Auschwitz. Durante uma operação de evacuação, as irmãs Anne e Margot Frank foram transferidas para o campo de Bergen-Belsen, ao norte da Alemanha, onde morreram em consequência de uma epidemia de tifo<sup>16</sup>, em fins de fevereiro e início de março de 1945 (CARNEIRO, 2000, p.71).

No fim dessa tragédia o único da família que sobreviveu ao campo de concentração foi Otto Frank, pai de Anne. Posteriormente, ele se mudou para Birsfelden, próximo à Basileia, na Suíça. Lá, empenhou-se à publicação do diário de Anne, além de ter produzido uma terceira versão, com base no diário original e na versão alterada por sua filha. A obra foi publicada em 1947 e teve grande repercussão mundial. Otto faleceu em 1980 e, seguidamente, os diários originais foram cedidos ao Instituto Holandês de Documentação de Guerra (RIOD), o qual foi responsável por atestar a autenticidade da obra (CARNEIRO, 2000, p.72).

Atualmente, na Basileia, o *Fundo Anne Frank* – herdeiro mundial de Otto Frank e dos direitos autorais de Anne – é responsável por conservar a memória através das mensagens deixadas pelo diário. Além disso, há o Museu e Casa de Anne Frank localizada em Amsterdam, que é a antiga casa que serviu de esconderijo para Anne Frank e sua família durante a perseguição nazista, sendo considerado um dos pontos turísticos mais populares da cidade (CARNEIRO, 2000, p.72).

---

<sup>16</sup> *Tifo* é uma doença bacteriana causada normalmente por vetores, como piolhos ou pulgas. Entre os sintomas da doença o principal é a febre alta.

Primo Levi (1919-1987) foi um judeu nascido em Turim, na Itália, e com seus 33 anos se juntou à resistência antifascista italiana, em 1943. Em dezembro do mesmo ano foi capturado pelas milícias fascistas e exilado para o campo de concentração Auschwitz, onde foi submetido a realizar trabalhos forçados até ser libertado pelo Exército Vermelho, em 1945. Ao retornar à Turim, após ter estado em vários países da Europa oriental, Levi publicou seu primeiro testemunho a respeito dos campos de extermínio, intitulado como *É isto um homem?* (1958). Posteriormente, publicou *A trégua*, em 1963, onde abordou considerações acerca da barbárie nazista, sendo esta uma das obras mais relevantes entre suas produções biográficas. De acordo com Carneiro (2000, p.72), “esse diário de viagem começa em Auschwitz e se desenrola pelos países europeus recém-libertados dos nazistas, até o momento da chegada de Primo Levi em sua terra natal.”. Sua última obra foi *Os afogados e os submersos*, publicada em 1986, em que abordou reflexões filosóficas sobre o tema. Em abril do ano seguinte Levi suicidou-se (CARNEIRO, 2000, p.72). Um dos testemunhos deixados por Levi, em sua obra *É isto um homem?*, após a ciência de seu número (174517), expõe o seguinte:

Então pela primeira vez nos demos conta de que nossa língua não tem palavras para expressar esta ofensa, a destruição de um homem. Em um instante, com intuição quase profética, nos foi revelada a realidade: tínhamos chegado ao fundo. Mais baixo que isso não se pode chegar: uma condição humana mais miserável não existe e nem se pode imaginar. Não temos mais nada nosso: nos tiraram as roupas, os sapatos, até os nossos cabelos; se falamos não nos escutam e, se nos escutassem, não nos atenderiam. Nem sequer nos deixaram o nome... (LEVI apud BERTONHA, 2000, p.35)

O roteirista e produtor cinematográfico Steven Spielberg ganhou destaque e premiações por retratar o martírio dos judeus em alguns de seus filmes, sendo uma de suas maiores realizações *A Lista de Schindler* (1993). Seus projetos relacionados ao tema são de valor pessoal, por ele pertencer a uma família judaica, transmitindo, assim, realismo e envolvimento para a sua obra. Ao filmar *A Lista de Schindler*, Spielberg ouviu diversos depoimentos de sobreviventes do Holocausto. Com isso, teve a ideia de registrar essas histórias, que resultaram no documentário intitulado como *Sobreviventes do Holocausto* (1996). Neste projeto, há a presença de relatos a respeito dos acontecimentos antes, durante e após a Segunda Guerra Mundial. O documentário retrata a vida dos judeus antes da guerra, a ascensão e a queda do poder nazista, a libertação dos campos e as condições de vida dos sobreviventes 50 anos após a barbárie nazista, através das falas dos próprios participantes

dessa história de horror. Podemos ver, através dos depoimentos, a tristeza que é se lembrar das crueldades e ações discriminatórias vivenciadas por eles na época e o sentimento de rejeição.

Sol Liber, uma das sobreviventes do regime nazista, relatou no documentário de Spielberg que, a partir da criação do gueto de Varsóvia, muitos indivíduos, de diversos lugares, foram confinados. Ela foi designada para este gueto, no início de 1940. E só poderia levar consigo o que desse para ela própria carregar. Então, foi levada para o Correio, onde se encontrava a SS. Lá, tudo lhe foi tomado e, após um espancamento, foi mandada para o gueto. Ao chegar no destino se deparou com as péssimas condições, cruéis e assustadoras. Pessoas morrendo pelas ruas e uma multidão de 500 mil pessoas que tentavam sobreviver em um local pequeno, dada a enorme quantidade de pessoas. As pessoas eram alimentadas somente com rações, em quantidades que impossibilitavam a sobrevivência até mesmo de crianças.

Claire Weisz relatou o sentimento de descontentamento e a discriminação sofrida por ela durante o nazismo, quando ainda eram jovem. De acordo com ela,

não podíamos ir muito para as ruas porque eles agrediam os judeus todo o tempo, especialmente aqueles da escola hebraica. Quando nos viam saindo ou entrando, diziam: “judeus sujos”. Sempre gritando: “judeu sujo” quando viam um judeu. Penso que foi o pior tempo porque eu era uma jovem, com 15 anos de idade, precisava de amigos, passear e não ficar constantemente em casa.

Dentre os relatos do documentário que abordam a ida de trem aos campos, há o realizado por Andrew Meisels, que aponta o seguinte:

Não sabia quantas pessoas estavam lá, mas éramos praticamente embalados como arenques. Era realmente sufocante, quente, malcheiroso. Tinha um banheiro, mas você não saía. Nem as portas eles abriam. Levou um total de 3 dias e 2 noites. Se alguém gritava, se alguém morria ou coisa parecida, nem assim abriam as portas. Foi realmente uma terrível viagem que quero esquecer.

Adolf Deutsch também relatou no documentário acerca das viagens nos trens, cujo destino era a tortura e a violência. Ele descreveu uma triste situação ocorrida devido às precárias condições de vida as quais os judeus eram submetidos, principalmente a falta de alimentação e, conseqüentemente, a desnutrição. Segundo ele, os vagões chegaram e as pessoas começaram a lançar pães. Aqueles que pegassem o pão, caso tivessem sorte, e o

escondessem, poderiam saciá-lo. Próximo à ele havia um pai e um filho, e o pai conseguiu pegar um pedaço de pão. O filho era forte e queria pegar o pão de seu pai. Ele tentava conseguir o alimento, mas o pai não queria lhe dar. Se fosse uma situação comum, provavelmente o pai dividiria o alimento com seu filho, porém, dadas as condições, não foi o que ocorreu. O filho permaneceu batendo em seu pai tão forte até matá-lo, assim ele conquistou o pão.

Ao receber seu número de identificação, Hellmuth Szprycer conta que, com a marcação, sentiu-se humilhado e inútil, pois, a partir desse momento, perdeu sua identidade, sendo ela substituída por um simples número.

Carol Redlich relata acerca das péssimas condições que eram concedidas aos prisioneiros dos campos. Segundo ela, a cama eram compostas apenas por madeiras, sem travesseiro, lençol ou qualquer objetivo que pudesse dar a eles o mínimo de conforto. Não havia banheiro, água ou sabão. Além disso, eles podiam tomar banho apenas uma vez por dia, porém, ligeiramente.

Nathan Fleischer conta que antes da noite covas eram feitas no chão. Mas quando os detentos acordavam se deparavam com elas ocupadas. Ou seja, muitos eram mortos durante a noite. As pessoas eram exterminadas por motivos mínimos, como, por exemplo, por não aguentarem se dirigir até o local de trabalho, que era realizado todos os dias, arduamente. Estes, geralmente idosos e frágeis, eram dispensáveis, por não serem produtivos.

Alice Sylvester relatou no documentário como a maioria dos judeus eram mortos no maior genocídio da história da humanidade. Ela passou por essa experiência, porém, devido à uma falha no mecanismo, sobreviveu. Segundo ela,

Eles nos mandavam para um quarto grande. Tínhamos que tirar a roupa, completamente nuas. Então nos levavam para um quarto com buracos no teto. O gás, Zyklon, saía pelos buracos. Eles nos diziam para ficarmos sentadas no chão. Não havia janelas. As portas estavam fechadas. Começamos a tossir e a sufocar e, provavelmente por falta de ar, perdemos os sentidos. Não sei quanto tempo ficamos lá. Então eles começaram a gritar: "Fora, todo mundo fora". O que aconteceu foi realmente um milagre. Naquele dia, eles tiveram problema para introduzir o gás.

Ao ouvir e ler esses e outros testemunhos de sobreviventes do poder nazista, é difícil não se perguntar como os alemães, considerados arianos, foram capazes de orquestrar

tamanha crueldade e desumanidade, ao banalizar a morte e não terem consciência do mal que estavam causando, não somente às vítimas da época, e sim a humanidade como um todo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho pretendeu investigar como se deu a perseguição e as políticas de extermínio de judeus na Alemanha nazista. Procurou-se mostrar as origens e o crescimento do antissemitismo, além da sua relação com a ascensão e a consolidação do nazismo.

Identificamos, com base nos autores que nos serviram de referência, que o nazismo, na sua relação com o antissemitismo, se estruturou em três etapas diversas: a primeira etapa durou de 1933 à 1938 e consistiu na proibição da participação dos judeus alemães em todas as esferas, social, cultural, econômica, psicológica e política, através de leis antissemitas, boicotes, prisões, violência, entre outros. O objetivo principal dessa etapa resumiu-se em diminuir o número de judeus a uma minoria desprezível, banindo-os do país; a segunda etapa durou de 1938 à 1941 e foi nessa fase que ocorreu a Noite dos Cristais, o agravamento do antissemitismo, o trabalho forçado, a eutanásia e o crescimento do número de guetos e campos de concentração. O objetivo dessa etapa resumiu-se em reunir os judeus para pôr em prática a ideologia eliminacionista; por fim, a terceira etapa, que durou de 1941 à 1945 e foi nesse momento que colocou-se em prática a solução final, a fim de reunir e remover os judeus de todos os territórios conquistados pela Alemanha, através da instalação dos campos de extermínio e a colaboração dos governos locais para apreender os alvos.

Diante da ressurgência de ideias autoritárias e assemelhadas aos horizontes políticos e ideológicos do fascismo histórico, trabalhar a memória e a reflexão sobre o objeto desta pesquisa nos pareceu indispensável e essencial para a valorização das formas democráticas de vida. A tentativa de apagar a memória é o caminho para a violência contra determinados grupos populacionais. É o caminho para que outra vez a barbárie totalitária possa vir a se estabelecer. Mesmo décadas após o fim do holocausto, ainda há muita opressão e sentimentos de ódio, repulsa e violência direcionada a determinados grupos. A recuperação histórica desses eventos, marcados pela crueldade e brutalidade, nos permite, a partir do passado, refletir sobre o nosso presente e buscar construir conscientemente um futuro no qual a diversidade seja respeitada, reconhecida e valorizada como um bem humano incondicional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERTONHA, João Fábio. **Fascismo, nazismo, integralismo**. São Paulo: Ática, 2000.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Holocausto: crime contra a humanidade**. São Paulo: Ática, 2000.

CYTRYNOWICZ, Roney. **Memória da barbárie: a história do genocídio dos judeus na segunda guerra mundial**. São Paulo: Nova Stella, 1990.

D'ALESSIO, Marcia Mansor; CAPELATO, Maria Helena. **Nazismo: política, cultura e holocausto**. São Paulo: Atual, 2004.

FERRO, Marc. **História da Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Ática, 1995.

GELLATELY, Robert. **Apoiando Hitler: consentimento e coerção na Alemanha nazista**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

LENHARO, Alcir. **Nazismo: o triunfo da vontade**. São Paulo: Ática, 1990.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **Faces do fanatismo**. São Paulo: Contexto, 2004.

ROLLEMBERG, Denise. **Revoluções de direita na Europa do entre-guerras: o fascismo e o nazismo**, in: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 30, nº 61, p.355-378, maio-agosto 2017.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **O Terceiro Reich: o Império do Terros**, in: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; CABRAL, Ricardo Pereira; MUNHOZ, Sidnei J. (coordenadores). *Impérios na História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

SOBREVIVENTES DO HOLOCAUSTO (documentário). Direção: STEVEN SPIELBERG, 1996.

STIVELMAN, Raquel e Michael. **A marca dos genocídios**. Rio de Janeiro: Imago, 2001.